

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	9
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	10

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	11
Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/06/2019	12
Demonstração de Valor Adicionado	13

### DFs Consolidadas

#### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	39

### Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	94
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	97
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	98
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	100
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	101

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	9.521.649
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>9.521.649</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	15/04/2020	Dividendo	07/05/2020	Ordinária		12,07739

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019</b>
1	Ativo Total	9.629.829	8.793.048
1.01	Ativo Circulante	5.181.317	4.697.497
1.01.01	Disponibilidades	278.646	210.161
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	1.375.060	1.060.968
1.01.02.01	Aplicações no mercado Aberto	939.997	547.904
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	435.063	513.064
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	934.195	860.740
1.01.03.01	Carteira Própria	879.640	402.552
1.01.03.02	Vinculados a Compra e Recompra	46.038	449.813
1.01.03.05	Vinculados a Prestação de Garantias	8.517	8.375
1.01.04	Relações Interfinanceiras	376.885	518.586
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	10.858	0
1.01.04.02	Depósitos no Banco Central	127.462	287.164
1.01.04.04	Correspondentes	238.565	231.422
1.01.06	Operações de Crédito	1.782.211	1.619.469
1.01.06.02	Setor Privado	1.837.789	1.693.936
1.01.06.03	(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	-55.578	-74.467
1.01.08	Outros Créditos	427.037	420.947
1.01.08.01	Carteira de Câmbio	4.906	3.569
1.01.08.02	Rendas a Receber	3.785	2.875
1.01.08.04	Diversos	422.855	417.829
1.01.08.05	(Provisão p/ Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	-4.509	-3.326
1.01.09	Outros Valores e Bens	7.283	6.626
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	3.685	4.292
1.01.09.02	(Provisão para Desvalorização)	-1.740	-1.740
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	5.338	4.074
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.250.363	3.897.199
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	90.422	97.171
1.02.02.01	Carteira Própria	90.422	97.171
1.02.03	Relações Interfinanceiras	64.204	62.842
1.02.03.01	SFH - Sistema Financeiro de Habitação	64.204	62.842
1.02.05	Operações de Crédito	3.937.992	3.571.486
1.02.05.02	Setor Privado	4.016.559	3.642.265
1.02.05.05	(Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	-78.567	-70.779
1.02.07	Outros Créditos	157.745	165.700
1.02.07.01	Diversos	157.745	165.700
1.03	Ativo Permanente	198.149	198.352
1.03.01	Investimentos	32	33
1.03.01.04	Outros Investimentos	170	171
1.03.01.04.01	Outros Investimentos	167	167
1.03.01.04.02	No Exterior	3	4
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-138	-138
1.03.02	Imobilizado de Uso	73.073	78.499
1.03.02.01	Imóveis de Uso	56.775	56.045
1.03.02.02	Outras Imobilizações de Uso	152.671	152.318
1.03.02.03	(Depreciações Acumuladas)	-136.373	-129.864

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019</b>
1.03.04	Intangível	125.044	119.820
1.03.04.01	Outros Ativos Intangíveis	170.493	96.065
1.03.04.02	(Amortização Acumulada - Intangível)	-45.449	-39.014
1.03.04.03	Intangível em curso	0	62.769

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/12/2019</b>
2	Passivo Total	9.629.829	8.793.048
2.01	Passivo Circulante	6.308.742	5.543.117
2.01.01	Depósitos	5.705.479	4.182.575
2.01.01.01	Depósitos a Vista	1.030.903	882.529
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.239.817	1.154.877
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	245.496	191.919
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	3.189.263	1.953.250
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	46.006	949.378
2.01.02.01	Carteira de Terceiros	0	500.222
2.01.02.02	Carteira Própria	46.006	449.156
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	208.082	103.067
2.01.03.01	Recursos de Letras Hipotecárias	208.082	103.067
2.01.04	Relações Interfinanceiras	67.236	40.533
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	67.236	40.533
2.01.05	Relações Interdependências	820	1.647
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	820	1.647
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	4.857	3.547
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	266	314
2.01.09	Outras Obrigações	275.996	262.056
2.01.09.01	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	30.805	6.157
2.01.09.02	Sociais e Estatutárias	244	50.414
2.01.09.03	Fiscais e Previdenciárias	45.759	22.259
2.01.09.05	Diversas	199.188	183.226
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.886.428	1.884.457
2.02.01	Depósitos	1.842.651	1.748.735
2.02.01.01	Depósitos a Prazo	1.842.651	1.748.735
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	43.777	135.722
2.02.03.01	Recursos de Letras imobiliárias	43.777	135.722
2.05	Patrimônio Líquido	1.434.659	1.365.474
2.05.01	Capital Social Realizado	1.171.043	1.171.043
2.05.01.01	Ações Ordinárias - País	1.171.043	1.171.043
2.05.04	Reservas de Lucro	129.621	194.431
2.05.04.01	Legal	16.203	16.203
2.05.04.02	Estatutária	113.418	178.228
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	133.995	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	382.558	773.446	425.956	826.736
3.01.01	Operações de Crédito	362.747	726.616	385.801	753.330
3.01.02	Resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários	16.187	37.659	36.011	65.233
3.01.03	Resultado de operações de câmbio	1.199	3.643	216	609
3.01.04	Resultado das aplicações compulsórias	2.425	5.528	3.928	7.564
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-54.708	-141.465	-106.301	-198.100
3.02.01	Despesas de Captação no mercado	-44.652	-104.027	-79.821	-150.104
3.02.02	Despesas de empréstimos e repasses	-298	-1.284	-49	-106
3.02.03	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-9.758	-36.154	-26.431	-47.890
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	327.850	631.981	319.655	628.636
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-173.830	-363.074	-179.229	-377.427
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	32.132	63.151	31.410	59.292
3.04.02	Despesas de Pessoal	-98.868	-212.326	-125.225	-244.614
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-90.042	-181.267	-89.874	-176.819
3.04.03.01	Água, energia e gás	-2.633	-5.400	-2.755	-5.248
3.04.03.02	Aluguéis	-5.242	-10.776	-5.179	-10.098
3.04.03.03	Comunicações	-9.532	-17.884	-8.182	-15.960
3.04.03.04	Manutenção e conservação de bens	-4.575	-8.749	-4.236	-8.247
3.04.03.05	Material	-772	-1.434	-488	-1.091
3.04.03.06	Processamento de dados	-17.884	-36.928	-22.270	-45.265
3.04.03.07	Promoções e Relações públicas	-2.904	-8.557	-2.112	-5.363
3.04.03.08	Propaganda e Publicidade	-111	-1.769	-2.608	-3.346
3.04.03.09	Publicações	-850	-1.237	-795	-1.348
3.04.03.10	Seguros	-179	-363	-162	-323
3.04.03.11	Serviços do Sistema Financeiro	-10.117	-19.672	-9.705	-18.817
3.04.03.12	Serviço de terceiros	-2.655	-5.298	-2.372	-4.755
3.04.03.13	Serviço de Vigilância e Segurança	-12.927	-25.358	-12.066	-24.020
3.04.03.14	Serviços Técnicos Especializados	-892	-1.935	-1.563	-3.106

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
3.04.03.15	Transporte	-7.864	-15.520	-5.959	-11.565
3.04.03.16	Viagem no País	12	-10	-270	-494
3.04.03.17	Outras despesas Administrativas	-1.443	-3.155	-1.451	-2.941
3.04.03.18	Amortização/Depreciação	-9.354	-17.001	-7.655	-14.786
3.04.03.19	Contribuições Filantrópicas	-120	-221	-46	-46
3.04.04	Despesas Tributárias	-18.860	-37.506	-19.137	-37.790
3.04.04.01	Contribuição PIS/PASEP	-2.384	-4.659	-2.425	-4.728
3.04.04.02	Contribuição ao COFINS	-14.668	-28.669	-14.922	-29.098
3.04.04.03	Imposto s/ serviço de qualquer natureza - ISS	-1.605	-3.156	-1.568	-2.959
3.04.04.04	Despesas Tributárias	-203	-1.022	-222	-1.005
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	8.027	17.672	35.456	60.225
3.04.05.01	Recuperação de encargos	79	434	85	239
3.04.05.03	Atualização monetária de depósitos judiciais	764	1.890	1.091	2.143
3.04.05.04	Atualização monetária de valores ativos	1	2	2	3
3.04.05.06	Outros créditos em liquidação	1.166	2.012	5.199	8.462
3.04.05.07	Ordem de pagamento em moeda estrangeira	6	8	93	428
3.04.05.08	Provisão férias. 13 salário e Lic. prêmio	1.489	3.617	1.869	3.010
3.04.05.09	Ações judiciais	4.453	9.350	26.897	45.575
3.04.05.10	Outros	69	359	220	365
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-6.219	-12.798	-11.859	-37.721
3.04.06.01	Descontos concedidos	-71	-74	-1	-2
3.04.06.02	Despesas de atualização de impostos e contribuições	-2	-4	-4	-7
3.04.06.03	Outras despesas operacionais	-6.146	-12.720	-11.854	-37.712
3.05	Resultado Operacional	154.020	268.907	140.426	251.209
3.06	Resultado Não Operacional	-2.219	-3.398	-4.717	-3.470
3.06.01	Receitas	3.947	4.983	3.825	5.627
3.06.02	Despesas	-6.166	-8.381	-8.542	-9.097
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	151.801	265.509	135.709	247.739

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-59.700	-109.297	-39.528	-76.680
3.08.01	Provisão para Imposto de Renda	-29.417	-57.892	-24.165	-51.602
3.08.02	Provisão para Contribuição Social	-24.351	-44.308	-15.077	-32.004
3.08.03	Ativo Diferido	-5.932	-7.097	-286	6.926
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-12.834	-22.217	-13.002	-21.669
3.10.01	Participações	-12.834	-22.217	-13.002	-21.669
3.10.01.01	Empregados	-12.771	-22.094	-12.944	-21.552
3.10.01.02	Administradores	-63	-123	-58	-117
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	79.267	133.995	83.179	149.390
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	8,32492	14,07267	8,73573	15,68948

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	79.267	133.995	83.179	149.390
4.03	Resultado Abrangente do Período	79.267	133.995	83.179	149.390

**Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.082.701	599.964
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	315.672	320.133
6.01.01.01	Lucro Antes dos Impostos e Participações	265.510	247.739
6.01.01.02	Depreciação/Amortização	17.001	14.785
6.01.01.03	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.048	47.715
6.01.01.04	Provisão para contingente	-1.836	16.015
6.01.01.05	Provisão para outros créditos	1.184	-5.761
6.01.01.06	Ajuste de Mercado - TVM	335	-68
6.01.01.07	Efeito das Mudanças das Taxas de Câmbio em caixa e equivalentes de caixa	-2.570	-292
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	767.029	279.831
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	577.646	-259.616
6.01.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	-73.790	-22.338
6.01.02.03	Relações Interfinanceiras/Interdependência	166.214	116.260
6.01.02.04	Operações de Crédito	-565.294	-270.367
6.01.02.05	Outros Créditos	681	2.248
6.01.02.06	Outros valores e bens	-657	-591
6.01.02.07	Outras obrigações	20.241	-31.602
6.01.02.08	Depósitos	1.616.821	1.036.786
6.01.02.09	Obrigações por operações compromissadas	-903.372	-352.809
6.01.02.10	Recursos de L. Imobiliárias, Hipoteca, Créd. e similares	13.070	135.177
6.01.02.11	Obrigações por repasse no país	-48	-10
6.01.02.12	Obrigações por empréstimos	1.314	713
6.01.02.13	Impostos e contribuições sociais pagos	-85.797	-74.020
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-10.050	15
6.02.01	Alienação de Imobilizado de uso	202	1.721
6.02.02	Aquisição de Imobilizado de uso	-1.566	-5.105
6.02.03	Aplicação no Intangível	-15.435	-4.272
6.02.04	Títulos e Valores Mobiliários mantidos até o vencimento	6.749	7.671
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-114.997	-85.720
6.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	2.570	292
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	960.224	514.551
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	258.419	791.896
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.218.643	1.306.447

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.171.044	0	194.430	0	0	0	1.365.474
5.03	Saldo Ajustado	1.171.044	0	194.430	0	0	0	1.365.474
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	133.995	0	133.995
5.05	Destinações	0	0	0	0	-64.810	0	-64.810
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	-64.810	0	-64.810
5.13	Saldo Final	1.171.044	0	194.430	0	69.185	0	1.434.659

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Exercício Anterior - 01/01/2019 à 30/06/2019****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	830.628	0	0	386.664	0	0	1.217.292
5.03	Saldo Ajustado	830.628	0	0	386.664	0	0	1.217.292
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	149.390	0	149.390
5.05	Destinações	0	0	0	-46.248	-39.471	0	-85.719
5.05.01	Dividendos	0	0	0	-46.248	0	0	-46.248
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-39.471	0	-39.471
5.13	Saldo Final	830.628	0	0	340.416	109.919	0	1.280.963

**Demonstração de Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
7.01	Receitas	810.141	890.375
7.01.01	Intermediação Financeira	758.484	808.374
7.01.02	Prestação de Serviços	63.151	59.291
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-24.266	6.875
7.01.04	Outras	12.772	15.835
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-118.088	-156.572
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-148.935	-178.777
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-10.644	-9.950
7.03.02	Serviços de Terceiros	-142.845	-141.861
7.03.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	4.554	-26.966
7.04	Valor Adicionado Bruto	543.118	555.026
7.05	Retenções	-17.001	-14.786
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.001	-14.786
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	526.117	540.240
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	526.117	540.240
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	526.117	540.240
7.09.01	Pessoal	205.389	238.031
7.09.01.01	Remuneração Direta	152.856	186.122
7.09.01.02	Benefícios	42.504	42.279
7.09.01.03	F.G.T.S.	10.029	9.630
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	175.957	142.721
7.09.02.01	Federais	171.903	138.940
7.09.02.03	Municipais	4.054	3.781
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	10.776	10.098
7.09.03.01	Aluguéis	10.776	10.098
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	133.995	149.390
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	133.995	149.390

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



# RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 1S2020

**BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.**  
CNPJ/MF Nº 04.913.711/0001-08  
NIRE 15300000114



## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2020



### BANCO DO ESTADO DO PARÁ S/A – BANPARÁ RELATÓRIO DE RESULTADOS DO 1º SEMESTRE DE 2020

O Banco do Estado do Pará S/A - Banpará, sociedade anônima de capital aberto, com ações ordinárias sob o código BPAR3, anuncia seus resultados para o primeiro semestre de 2020. Informações adicionais podem ser encontradas no site de relações com investidores do Banco, no endereço eletrônico ri.banpara.b.br.

#### Destaques 1S2020

Lucro Líquido – R\$ mil

**133.995**

▼ - 10,30% em relação ao 1S2019

Ativo Total – R\$ milhões

**9.629** ROA 3,5%

▲ 19,23% em relação ao 1S2019

Patrimônio Líquido – R\$ milhões

**1.434** ROE 22,4%

▲ 12,00% em relação ao 1S2019

Índice de Eficiência

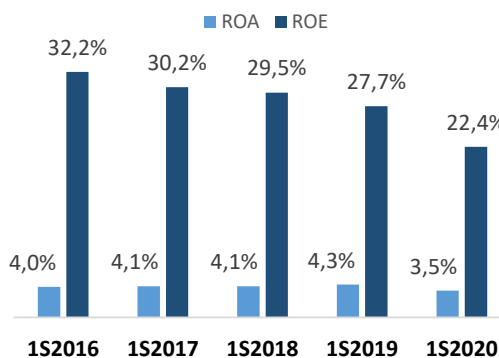
**58,6%**

▼ -1,67% em relação ao 1S2019

Nos resultados do 1º semestre de 2020, em comparação ao mesmo período do ano anterior, como consequência do comportamento dos negócios, houve redução do Lucro Líquido do Banpará. O Ativo Total do Banco expandiu neste período, motivado principalmente pelo aumento nas Operações de Crédito. O Patrimônio Líquido variou positivamente, ocasionado pelo reinvestimento do resultado do período.

O Índice de Eficiência demonstra o quanto é necessário de estrutura operacional para manter as atividades do Banco. O cálculo deste índice é feito através da relação das despesas operacionais pelas receitas de intermediação financeira e quanto menor o índice, melhor para instituição. Dessa forma, houve uma melhora no índice ocasionada pelo aumento no resultado da intermediação financeira e diminuição das despesas de pessoal e provisões passivas.

#### Histórico de ROA e ROE - %



## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



O ROA tem como objetivo identificar a capacidade que o ativo do banco tem de gerar resultados, sendo calculado a partir da relação entre Lucro Líquido/Ativos Totais. O Banpará apresentou no mês de junho de 2020 um lucro com aplicação nos seus ativos de 3,5%. Em relação ao mesmo período do ano passado, o Banpará apresentou um recuo neste índice, ocasionado pela diminuição na capacidade de geração de lucros dos seus ativos, devido às reduções das taxas de juros, bem como os impactos da pandemia no comportamento dos negócios do Banco.

O ROE é um índice de rentabilidade anualizado que tem como finalidade analisar e medir a capacidade que a empresa tem de gerar retornos para o investidor a partir dos recursos próprios. Este indicador é representado pela relação do Lucro Líquido e Patrimônio Líquido. O Banpará no 1º semestre de 2020 apresentou um ROE de 22,4%, ou seja, a cada R\$ 1 real investido pelo acionista no Banpará houve R\$ 0,22 de retorno, com isso, pode-se concluir que o investidor levará um pouco mais de 4 anos para recuperar o valor investido no Banco.

No comparativo com o ano anterior, houve redução do ROE, pois ocorreu uma diminuição dos ganhos nas margens de lucro da instituição, entretanto, um ROE acima de 20% é considerado um bom resultado no setor bancário, principalmente com os impactos que a pandemia da COVID-19 vem causando na economia.

#### Itens Patrimoniais – R\$ mil

	1S2020	1S2019	V12M
Ativos Totais	9.629.829	8.076.798	19,23% ^
Op. de Crédito (Cart. De Crédito)	5.897.774	4.468.350	31,99% ^
Apli. Interfinanceiras de Liquidez	1.375.061	1.646.282	-16,47% v
Captações Totais	7.845.995	6.441.063	21,81% ^
Patrimônio Líquido	1.434.660	1.280.962	12,00% ^

#### Itens de Resultado - R\$ mil

	1S2020	1S2019	V12M
Receitas Totais	859.253	951.690	-9,71% v
Resultado Bruto da Intermedi. Financeira	631.982	628.637	0,53% ^
Resultado Operacional	268.907	251.014	7,13% ^
Margem Operacional (1)	668.135	676.527	-1,24% v
EBITDA (2) (LAJIDA)	285.908	265.799	7,57% ^
Lucro Líquido	133.995	149.390	-10,30% v
Receita de Serviços (3)	63.151	59.293	6,51% ^
Despesas com Provisões (PCLD)	36.154	47.890	-24,51% v
Despesas Administrativas (4)	181.267	176.823	2,51% ^
Margem Líquida (5)	15,59%	15,70%	-0,66% v
Margem EBITDA (6)	33,27%	27,93%	19,14% ^

**Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**

Relatório da Administração 1S2020

**Índices e Medidas de Eficiência (%)**

	1S2020	1S2019	V12M
Inadimplência (% da Carteira) (7)	1,52%	1,86%	-18,28% ✓
Índice de Basileia	22,13%	24,52%	-9,75% ✓
Rentabilidade sobre Ativo Total (ROA) (8)	3,49%	4,30%	-18,84% ✓
Rentabilidade sobre Patrim. Líq. (ROE) (9)	22,35%	27,70%	-19,31% ✓
Índice de Eficiência	58,63%	59,60%	-1,63% ✓
Índice de Provisão (10)	2,30%	3,18%	-27,67% ✓
Índice de Cobertura (11)	27,90%	24,40%	14,34% ^

- (1) Resultado Bruto da Intermediação Financeira + Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa.  
 (2) Resultado Operacional – Equivalência Patrimonial + Depreciação/Amortização.  
 (3) Prestação de Serviços + Tarifas Bancárias.  
 (4) Despesas Administrativas + Outras Despesas Administrativas.  
 (5) Lucro Líquido / Receita Total.  
 (6) EBITDA / Receita Total.  
 (7) Saldo Devedor Inadimplente do Contrato / Carteira de Crédito.  
 (8) Lucro Líquido / Ativo Total (taxa anualizada).  
 (9) Lucro Líquido / Patrimônio Líquido (taxa anualizada).  
 (10) Provisão Constituída / Carteira de Crédito.  
 (11) Receitas de Serviços + Rendas de Tarifas Bancárias / Despesas Administrativas.

**Contato de Relações com Investidores**

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo  
 Diretora de Controle, Risco e Relações com Investidores  
 Contato +55 91 3348-2955  
 ri\_banpara@banparanet.com.br

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



# ANÁLISE ECONÔMICA E FINANCEIRA

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Mensagem da Administração

Senhores Acionistas e Clientes,

Apresentamos o Relatório da Administração do Banco do Estado do Pará S.A., relativo ao primeiro semestre de 2020, elaborado em conformidade com os padrões estabelecidos pela Lei das Sociedades por Ações, pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Este documento contempla o panorama da nossa estratégia empresarial, posicionamento de mercado, perspectivas, projetos, principais iniciativas e resultados obtidos durante o primeiro semestre de 2020.

Nosso relatório está disponível em meio eletrônico no site [ri.banpara.b.br](http://ri.banpara.b.br), na seção de central de resultados, onde também podem ser acessados os documentos referentes às demonstrações financeiras, às notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria.



Banpará

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



Atualmente vivemos um cenário de incertezas e grandes desafios, oriundos da disseminação global da pandemia gerada pela COVID-19. As medidas impostas pelo governo trazem consequências que afetam não só a economia, como também a capacidade financeira de empresas e pessoas.

Este contexto desafiador, que se iniciou na segunda quinzena de março e poderá se estender ao longo dos próximos meses, alterou de maneira relevante o cenário macroeconômico. No setor bancário, o Banco Central vem adotando uma série de medidas fundamentais para promover o bom funcionamento do mercado, sem abrir mão da solidez e da estabilidade do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

O Banco do Estado do Pará tem analisado diariamente os riscos de mercado, crédito, liquidez e ainda o gerenciamento de capital, para que sejam tomadas decisões tempestivas. Logo, nosso principal foco é uma adequada avaliação dos riscos assumidos, analisando exposições de concentração, linhas de crédito, setores e empresas que, por ventura, apresentem maior fragilidade, além da avaliação da aderência do modelo de provisão.

Em relação às rotinas operacionais, o Banpará adotou ações para reduzir os efeitos da crise e assegurar saúde e segurança para seus colaboradores e clientes. Dentre as ações pontuais implantadas, citamos: destacamento de colaboradores para trabalho remoto sem prejuízos à continuidade das atividades; especial atenção aos empregados pertencentes aos grupos de risco, liberando-os para permanecerem em suas residências trabalhando remotamente, ampla divulgação dos canais de autoatendimento e manutenção do atendimento presencial, respeitando as restrições vinculadas ao enfrentamento à pandemia e a adoção de medidas extras de higienização e disponibilização de EPIs aos empregados.

#### Principais Indicadores Macroeconômicos

	1S2020	1S2019	1S2018
IPCA (acumulado em 12 meses)	2,13%	3,37%	4,39%
INPC (acumulado em 12 meses)	2,35%	3,31%	3,53%
Taxa Selic Over (a.a) – efetiva	2,15%	6,40%	6,40%
CDI Overnight (a.a) – efetiva	2,15%	6,40%	6,39%
Taxa de Juros TJLP (a.a) - efetiva	4,91%	6,26%	6,60%

Fonte: IBGE e Banco Central do Brasil

#### Economia Internacional

O cenário econômico internacional apresentou perspectivas pessimistas em relação ao crescimento do PIB global em 2020, se comparado ao ano de 2019, quando a economia mundial cresceu 2,9%. O Fundo Monetário Internacional (FMI) estimou em seu último *update* do relatório *World Economic Outlook* (WEO), publicado em junho de 2020, que a economia mundial poderá apresentar retração de 4,9% em 2020 e crescimento de 5,4% em 2021. A redução das projeções do Fundo para 2020 é resultado do impacto negativo da COVID-19, superando o que havia sido previsto para o primeiro semestre de 2020. O WEO também mostra que a expectativa do FMI para as economias avançadas é de -8,0% para 2020 e de 4,8% para 2021. Para os mercados emergentes e economias em desenvolvimento, a estimativa é de -3,0% em 2020 e 5,9% em 2021. Já para a Ásia Emergente a projeção é de contração de 0,8% para 2020 e crescimento de 7,4% para 2021.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



#### Economia Nacional

No cenário nacional, dados das Contas Nacionais divulgados em maio de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que o PIB da economia brasileira fechou o primeiro trimestre de 2020 com redução de 0,3% em relação ao mesmo período em 2019, destaque para os setores de Agropecuária (1,9%) e de Serviços (-0,5%). O crescimento da Agropecuária se deu por conta do desempenho de alguns produtos da lavoura que possuem safra relevante no primeiro trimestre desse ano e pela produtividade, e no setor de Serviços a queda foi puxada, principalmente, pelo subsetor de outras atividades de serviços (-3,4%).

A expectativa do Banco Central do Brasil (BC), publicada no Relatório de Inflação de junho de 2020, para o crescimento do PIB da economia do Brasil em 2020 passou de estabilidade para retração de 6,4%. Esse resultado reflete essencialmente a disseminação da pandemia COVID-19 e a adoção de medidas de distanciamento social em território nacional. Em relação ao nível de preços, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou no mês de junho variação de 0,26% e ficou 0,64 ponto percentual (p.p.) acima da taxa registrada em maio (-0,38%), destaque para os grupos de alimentação e bebidas e o de transportes que apresentaram no mês junho alta de 0,38% e 0,31%, respectivamente. O acumulado dos últimos doze meses foi para 2,13%, contra os 1,88% nos 12 meses imediatamente anteriores. De acordo com a Pesquisa Focus, realizada pelo Banco Central, a previsão do mercado para a inflação apresentou crescimento na mediana das projeções para a variação anual do IPCA em 2020, passando de 1,60% em 12 de junho de 2020, para 1,72% em 10 de julho de 2020. A estimativa para 2021 apresentou manutenção da mediana de 3,0% para o mesmo período.

#### Economia Local

No cenário regional, a expectativa da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) para o crescimento da economia do Pará mostrou-se menos otimista no 2º trimestre de 2020. A Fundação reviu em junho sua projeção para o crescimento real do PIB paraense em 2020 para -2,75%, ante 0,71% previsto em março, consequência do impacto da pandemia da COVID-19 na economia do Estado. Nesta mesma linha, parte dos dados do IBGE de junho são negativos, e refletem o impacto da pandemia na economia paraense.

O índice de atividade econômica regional do Pará (IBCR-PA) de maio de 2020 apresentou variação de -4,68% em relação a maio de 2019 (série dessazonalizada). A indústria paraense apresentou resultado negativo, conforme dados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE de maio, a produção industrial do Estado apresentou recuo de 0,8% em relação ao mês anterior (série com ajuste sazonal), em contraste com doze dos quinze locais pesquisados, que refletiram positivamente a retomada da produção, após paralisações/interrupções da produção ocorridas em várias unidades, por conta da pandemia da COVID-19. Quanto ao comércio local, dados divulgados pela Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) do IBGE mostram que o volume de vendas do comércio varejista da economia paraense apresentou variação de 0,9% no mês de junho de 2020 em comparação com o mês imediatamente anterior, na série dessazonalizada.

No tocante a inflação, dados do IBGE de junho de 2020 mostram que o IPCA apurado na região metropolitana de Belém no acumulado dos últimos 12 meses foi 2,59%. No mês de junho esse índice apurado no Estado apresentou deflação de 0,18%, destaque para o grupo Transportes, que apresentou resultado de -2,03% nesse mesmo período. No âmbito da gestão fiscal, o Pará apresenta bom conceito junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN). De acordo com o Boletim

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



de Finanças dos Entes Subnacionais 2019 do Tesouro Nacional, publicado em agosto de 2019, o Estado apresenta a nota "B" da CAPAG (Classificação da Capacidade de Pagamento).

### Análise das Operações

#### Ativos

##### Total de Ativos por Tipo - R\$ mil

	1S2020	1S2019	V12M
Disponibilidades	278.646	174.844	59,37% ^
Aplicações Financeiras	1.375.061	1.646.282	-16,47% v
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros	1.024.617	873.517	17,30% ^
Relações Interfinanceiras	441.089	369.638	19,33% ^
Operações de Créditos	5.720.202	4.287.689	33,41% ^
Outros Créditos	584.783	526.348	11,10% ^
Outros Valores e Bens	7.283	6.202	17,43% ^
Permanente	198.149	192.278	3,05% ^
<b>Total</b>	<b>9.629.829</b>	<b>8.076.798</b>	<b>19,23% ^</b>

A respeito da variação negativa em Aplicações Interfinanceira de Liquidez de 16,47%, em relação ao primeiro semestre do ano anterior, ocorreu devido aos ajustes de caixa no período e ao vencimento da aplicação em DII (ativo com caráter imobiliário), em 22/06/2020, no valor de R\$ 200 Milhões, a qual não foi renovada até o fechamento do semestre, pois ainda está em trâmites operacionais.

O Ativo Total do Banpará apresentou um aumento quando comparado com o mesmo período de 2019, ocasionado principalmente pela redução das taxas de juros para novos empréstimos e renegociações, que ocorreram no segundo semestre de 2019, contribuindo para o aumento das Operações de Crédito.

#### Aplicações Financeiras

##### Aplicações Financeiras - R\$ mil

	1S2020	1S2019	V12M
Interfinanceiro de Liquidez	1.375.061	1.646.282	-16,47% v
TVM	1.024.617	873.517	17,30% ^
Cotas de Fundo	1.328	1.615	-17,78% v
Renda Fixa	968.734	801.864	20,81% ^
Compromissadas	939.997	1.131.603	-16,93% v
Compulsório Total	366.027	300.878	21,65% ^

Com relação à variação negativa em 17,78% nas Cotas de Fundo, tem-se que a mesma refere-se à tipicidade do FIP Amazônia, sendo este um ativo de renda variável, mantido até o vencimento, o qual se comporta conforme valorização/desvalorização de suas cotas no mercado. Além do mesmo apresentar deduções, devido às amortizações, que são realizadas ao longo de sua vigência.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



No que tange ao aumento de 20,81% na conta Renda Fixa, considerando o 1º semestre do ano passado, ocorreu devido ao aumento do estoque de títulos próprios (LFT), a fim de aumentarmos o colchão de liquidez visando prevenção diante da presente crise socioeconômica instaurada. Já no que se refere à diminuição em operações compromissadas, tem-se que foi devido ajustes de caixa.

A variação positiva no compulsório total, atrelada à variação dos depósitos à vista, ocorreu devido ao aumento de contas ativas e a liberação de crédito (federal e estadual), bem como a crescente demanda de contratos firmados entre o Banpará, empresas privadas e prefeituras.

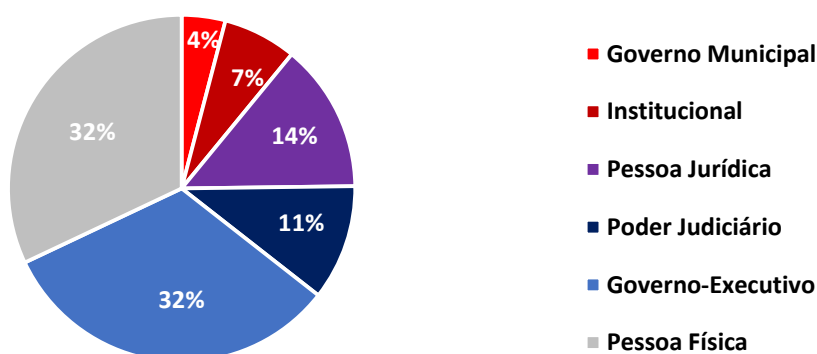
### Captações

Captação por Linha de Produtos - R\$ mil

	1S2020	1S2019	V12M
Depósitos à Vista	1.030.903	661.645	55,81% ^
Poupança	1.239.817	968.946	27,96% ^
Depósito a Prazo	5.031.914	4.237.186	18,76% ^
Depósito Interfinanceiro	245.496	185.540	32,31% ^
LF	251.859	325.886	-22,72% v
Compromissadas	46.006	61.859	-25,63% v
Total	7.845.995	6.441.063	21,81% ^

Em relação aos Depósitos à Vista, o crescimento ocorreu motivado pelos valores expressivos que transitaram pelas contas, em virtude dos programas assistenciais dos Governos Federal e Estadual (Fundo Esperança, Programa Recomeçar, Auxílio Emergencial), ocorridos no 1S2020. Em relação aos Depósitos Interfinanceiros, o crescimento ocorreu em razão de uma captação de R\$ 50MM em CDI. A redução das Obrigações por Emissão de Letra Financeira (LF), em relação ao 1S19, deve-se pela não renovação de algumas emissões de LF. A diminuição da rubrica Obrigações com Operações Compromissadas reflete a dinâmica do fluxo de caixa administrado pela Tesouraria, cujas variações diárias são recorrentes, comportamento típico dessa conta.

### Captação por Tipo de Cliente (%)



No que diz respeito às captações por tipo de cliente, a maior parte está concentrada em 45,87% nas captações via Varejo, sendo dividido em 32,02% por tipo de cliente Pessoa Física (PF) e 13,85% em clientes Pessoa Jurídica (PJ). Em seguida, considera-se que o Governo do Estado do Pará que

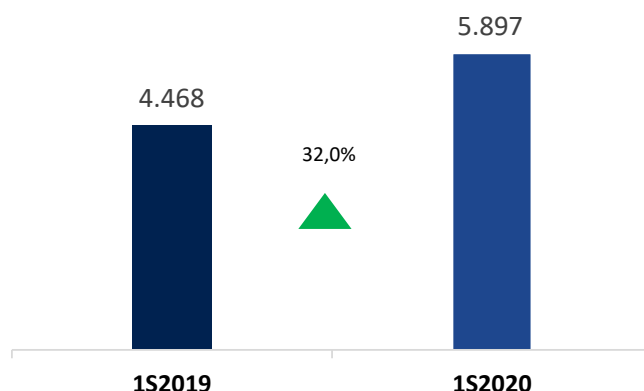
## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



individualmente detém a maior parcela, sendo está de 32,41%, absorve a segunda maior fração das captações totais. Por consequência, o cliente Poder Judiciário abrange 10,77%, os institucionais 6,87% do total de captações. Já o Governo do Município de Belém engloba apenas 4,07% das captações.

### Créditos – R\$ Milhões



No primeiro semestre de 2020, as Operações Totais de Crédito tiveram um incremento quando comparado com o mesmo período de 2019, ocasionado pelo aumento das liberações de crédito consignado.

### Qualidade da Carteira de Crédito por Faixa de Risco

	R\$ mil			% Carteira		
	1S2020	1S2019	V3M	1S2020	1S2019	V3M
AA	3.066.743	-	0,00% —	52,00%	-	0,00p.p —
A	2.591.551	4.253.293	-39,07% ✓	43,94%	95,19%	-51,25p.p ✓
B	13.846	15.271	-9,33% ✓	0,23%	0,34%	-0,11p.p ✓
C	33.953	31.701	7,10% ^	0,58%	0,71%	-0,13p.p ✓
D-H	191.678	168.137	14,00% ^	3,25%	3,76%	-0,51p.p ✓
<b>Total</b>	<b>5.897.773</b>	<b>4.468.349</b>	<b>31,99% ^</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	

No primeiro semestre de 2020 a carteira de crédito do Banpará, por nível de risco, concentra 96,75% nos contratos de níveis de risco AA – C.

O Banpará implantou em maio de 2020, o nível de risco AA embasado na Resolução CMN 2.682/1999 e na qualidade creditícia observada no histórico comportamental da carteira de crédito do Banco, tendo como público alvo clientes pessoa física com baixíssimo risco de crédito e baixa volatilidade no perfil de risco, resultado de estudo que observou a janela temporal de dezembro de 2018 a dezembro de 2019.

Sendo assim, no 1º semestre de 2020, as operações que abrangem os níveis AA até C, somaram R\$5.706 milhões, representando 96,75% do total da carteira. A concentração da carteira nesses níveis de risco demonstra que as concessões que estão sendo feitas prezam por minimizar o risco de crédito do Banco.

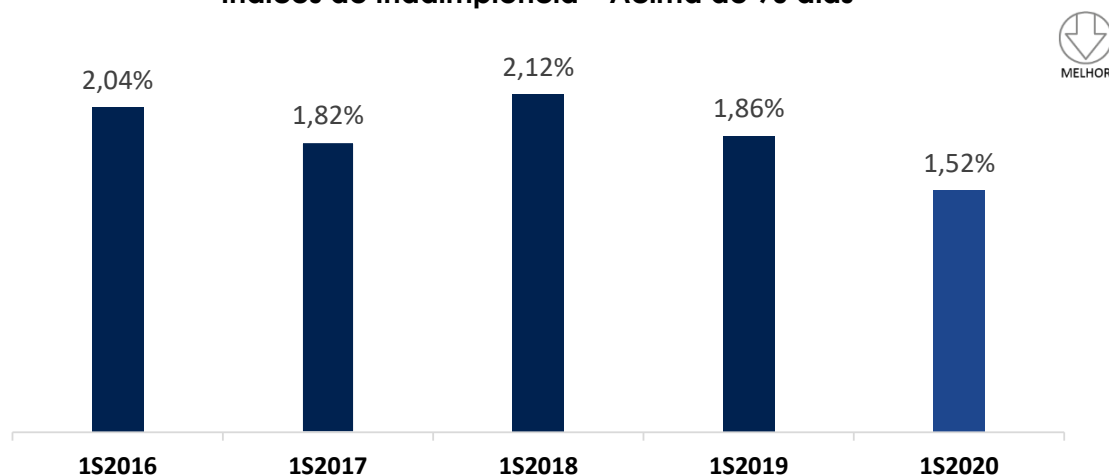
## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



No que se refere ao aumento da classificação de risco nos níveis de D – H é justificado pela adoção do nível de risco mínimo D para classificação de risco nas operações de renegociações de dívida.

### Índices de Inadimplência – Acima de 90 dias



A Inadimplência Geral do Banco (saldo devedor das operações em atraso acima de 90 dias) apresentou uma redução em relação ao mesmo período dos anos anteriores, fechando o primeiro semestre do ano de 2020 em 1,52%.

## Análise das Operações

### Receitas

#### Abertura das Receitas - R\$ mil

	1S2020	1S2019	V12M
Operações de Créditos	726.616	753.330	-3,55% ✓
Res. Aplicações Interfinanceiras e Operações com TVM	37.659	65.233	-42,27% ✓
Resultado das Aplicações Compulsórias	5.528	7.564	-26,92% ✓
Resultado de Operações de Câmbio	3.643	609	497,81% ^
Receita de Serviços*	63.151	59.293	6,51% ^
Outras Receitas Operacionais	17.672	60.032	-70,56% ✓
Receitas não Operacionais	4.985	5.629	-11,44% ✓
<b>Total</b>	<b>859.253</b>	<b>951.690</b>	<b>-9,71% ✓</b>

\*Prestação de Serviços + Tarifas Bancárias

As receitas do Banpará no primeiro semestre de 2020 reduziram em 9,71% se comparado com o mesmo período do ano anterior, influenciada, principalmente, pela variação negativa das receitas com operações de crédito, pois houve redução nas receitas da carteira comercial pessoa física, em função da redução das taxas de juros e da pandemia Covid-19. Além disso, houve uma diminuição no resultado de aplicações interfinanceiras, ocasionado pela redução das rendas dessas aplicações, motivada pela baixa da taxa Selic.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



#### Custos e Despesas da Intermediação Financeira

##### Custos e Despesas - R\$ mil

	1S2020	1S2019	V12M
Operações de Captação no Mercado	104.027	150.104	-30,70% ✓
Operações de Empréstimo e Repasses	1.284	106	1115,73% ^
Provisão para Operações de Crédito	36.154	47.890	-24,51% ✓
<b>Total</b>	<b>141.464</b>	<b>198.100</b>	<b>-28,59% ✓</b>

O Banco apresentou uma redução nos custos e despesas de 28,6% no 1º semestre de 2020 em comparação ao mesmo período do ano anterior, pois ocorreu uma redução nas despesas de captação ocasionado pela redução da taxa Selic que fez os custos dos depósitos remunerados diminuírem. Evidencia-se também uma redução nas provisões para operações de crédito, motivado pela inclusão da classe de risco AA. O Banpará, adotando esta classificação, deixa de efetuar as provisões para operações de crédito sobre essa classe de risco. Ademais, as Operações de Empréstimos e Repasses apresentaram uma variação considerável, devido ao aumento das despesas com as obrigações com banqueiros no exterior, em virtude da elevação das operações de câmbio, quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

##### Despesa com Pessoal - R\$ mil

	1S2020	1S2019	V12M
Proventos	128.425	162.684	-21,06% ✓
Benefícios	35.436	33.366	6,20% ^
Encargos Sociais	45.441	44.134	2,96% ^
Treinamentos e Outros	3.023	4.429	-31,74% ✓
<b>Total</b>	<b>212.325</b>	<b>244.614</b>	<b>-13,20% ✓</b>

As despesas com pessoal no 1º semestre de 2020, reduziram em 13,2% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, pois ocorreu uma diminuição nas despesas com proventos influenciada pela redução das ações trabalhistas.

##### Outras Despesas Administrativas - R\$ mil

	1S2020	1S2019	V12M
Serviços de Terceiros	52.263	50.686	3,11% ^
Consumo, Manutenção e Materiais	33.468	30.546	9,57% ^
Sistemas de Processamento de Dados	36.928	45.282	-18,45% ✓
Seguros	363	323	12,26% ^
Depreciação e Amortização	17.001	14.785	14,99% ^
Outras Despesas	41.244	35.201	17,17% ^
<b>Total</b>	<b>181.267</b>	<b>176.823</b>	<b>2,51% ^</b>

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



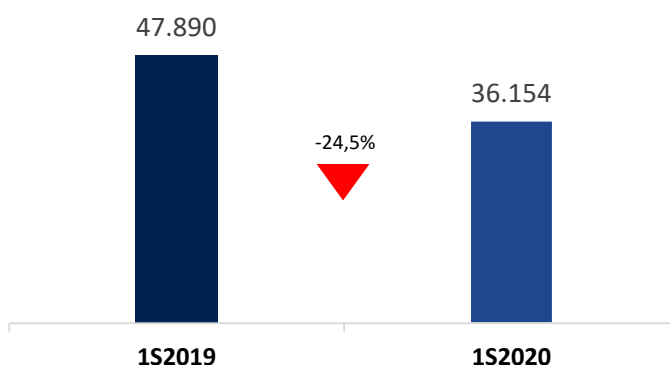
Apesar do aumento das despesas com serviços de higienização e compra de EPI's, devido à pandemia da COVID-19, o Banpará no 1º semestre de 2020 manteve suas despesas administrativas equilibradas quando comparada com o mesmo período do ano anterior.

#### Despesas Tributárias - R\$ mil

	1S2020	1S2019	V12M
Contribuição ao PIS/PASEP	4.659	4.728	-1,47% ✓
Contribuição ao Cofins	28.669	29.098	-1,47% ✓
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	3.156	2.959	6,66% ^
Outras Despesas Tributárias	1.022	1.003	1,85% ^
<b>Total</b>	<b>37.506</b>	<b>37.790</b>	<b>-0,75% ✓</b>

Comparando o primeiro semestre de 2020 com o mesmo período de 2019, pode-se afirmar que não houve variações significativas para este grupo de despesas.

#### Despesas com Provisões – R\$ mil



As despesas com provisões no 1º semestre de 2020 apresentaram uma redução de 24,5% se comparado com o mesmo período do ano anterior, motivado pela inclusão da classe de risco AA. O Banpará, adotando esta classificação, deixa de efetuar as provisões para operações de crédito sobre essa classe de risco.

#### Outras Despesas Operacionais - R\$ mil

	1S2020	1S2019	V12M
Outros Créditos	3.089	2.305	33,99% ^
Despesas de Provisões Passivas	7.514	25.560	-70,60% ✓
Despesas de Desc. Concedidos em Renegociações	74	2	3746,07% ^
Despesas com Serviços Associados a Transações de Pagamento	1.181	186	534,01% ^
Outras Despesas Operacionais	939	9.667	-90,28% ✓
<b>Total</b>	<b>12.797</b>	<b>37.721</b>	<b>-66,07% ✓</b>

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



No 1º semestre de 2020, as Outras Despesas Operacionais obtiveram uma redução de 66,1% no comparativo com o mesmo período do ano de 2019, pois ocorreu uma diminuição significativa na despesa com provisões trabalhistas, bem como a redução de outras despesas operacionais em virtude do estorno da atualização dos depósitos judiciais cíveis que ocorreram no 1º semestre de 2019.

### Gestão de Capital

#### Gestão de Capital - R\$ milhões

	1S2020	1S2019	V12M
Patrimônio de Referência	1.309	1.171	11,78% ^
PR Nível I	1.309	1.171	11,78% ^
PR Nível II	-	-	0,00% —
Índice de Basileia	22,13%	24,52%	-9,75% v
Índice de Basileia Amplo	17,39%	19,86%	-12,44% v

O Patrimônio de Referência - PR do Banpará atingiu no primeiro semestre de 2020 o montante de R\$ 1,309 bilhões, um aumento de 11,78% quando comparado com o primeiro semestre 2019. O Índice de Basileia – IB foi de 22,13%, no 1S20, uma redução de 9,75% em relação ao 1S19, ficando acima do estipulado na Declaração de Apetite por Risco – RAS (15%) e do exigido pelo Bacen (10,5%), demonstrando um índice de solvabilidade capaz de cobrir suas exposições aos riscos. A variação do PR deve-se a incorporação dos resultados gerados no período.

Informações detalhadas sobre a gestão de risco de mercado, liquidez, crédito e operacional podem ser consultadas nos relatórios de riscos disponíveis no site de RI do Banpará (ri.banpara.b.br)

### Rating

**STANDARD  
& POOR'S**

(BB-/B)  
Rating  
Escala Global

(brAA+/brA-1+)  
Rating  
Escala Nacional

**MOODY'S**

(Ba2/NP)  
Rating  
Escala Global

(Aa3.br/BR-1)  
Rating  
Escala Nacional

**FitchRatings**

(BB-/B)  
Rating  
Escala Global

(AA-/F1+)  
Rating  
Escala Nacional

As notas atribuídas ao Banpará pelas agências de classificação de risco (Agências de *Rating*) refletem o desempenho operacional e a qualidade da administração da Companhia.

A Standard & Poor's, em novembro de 2019, elevou o *rating* do Banco em escala nacional e também reafirmou em escala global, resultado da qualidade dos créditos e capacidade geral de

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



honrar com as obrigações financeiras. A S&P destacou que o Banpará, ao contrário de outros bancos públicos, acumulou capital nos últimos 05 (cinco) anos e sua confortável posição de capital deve apoiar o crescimento dos negócios nos próximos anos.

A Fitch Ratings, em junho de 2020, atribuiu pela primeira vez o *rating* ao Banco. Para a agência, o Banpará é estrategicamente importante ao Estado do Pará, servindo como agente financeiro e desempenhando papel importante na promoção do desenvolvimento através de fortes operações em entidades públicas estaduais, serviços e concessão de créditos aos fornecedores e servidores públicos. Além da qualidade dos ativos, as métricas são confortáveis e registram índices de rentabilidade superiores aos de seus pares, fornecendo uma proteção suficiente contra imprevistos, bem como prossegue aumentando seu crédito.

A Moody's Investors Service, em julho de 2020, manteve a avaliação de novembro de 2019, reflexo das operações profundamente enraizadas e crescentes do Banco em seu mercado principal e suas práticas adequadas de governança. A agência de classificação de risco afirmou que o Banpará conservou fortes fundamentos financeiros nos últimos 03 (três) anos, incluindo alta qualidade de ativos, níveis de capital suficientes e fortes retornos recorrentes. Portanto, estando o Banpará no mesmo nível do *rating* soberano do Brasil a perspectiva de *rating* do Banco é estável, em linha com a perspectiva estável do *rating* soberano.

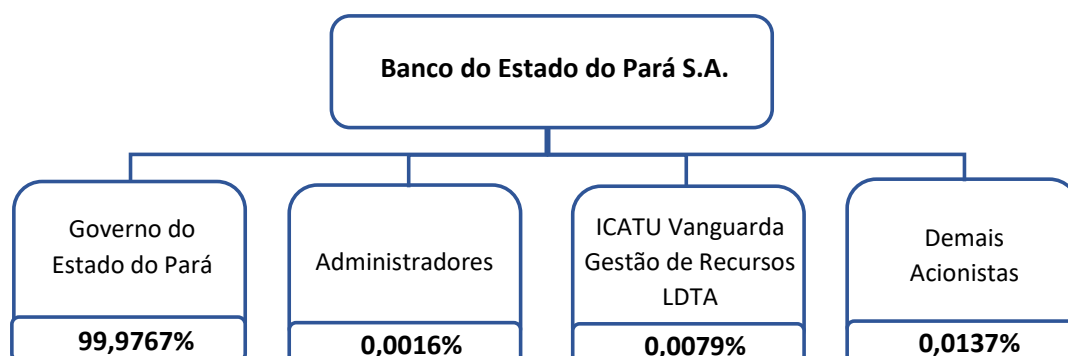
Os relatórios das agências estão disponíveis no site de RI do Banpará ([ri.banpara.b.br](http://ri.banpara.b.br)) e no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

### Composição Acionária

Acionista	Total	%
Estado do Pará	9.519.433	99,9767%
ICATU Vanguarda Gestão de Recursos LTDA	755	0,0079%
Administradores	152	0,0016%
Outros	1.309	0,0137%
<b>Total</b>	<b>9.521.649</b>	<b>100,0000%</b>

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado por 9.521.649 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas domiciliadas no País e com direito ao voto. O quadro acima indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banpará.

### Organograma Societário

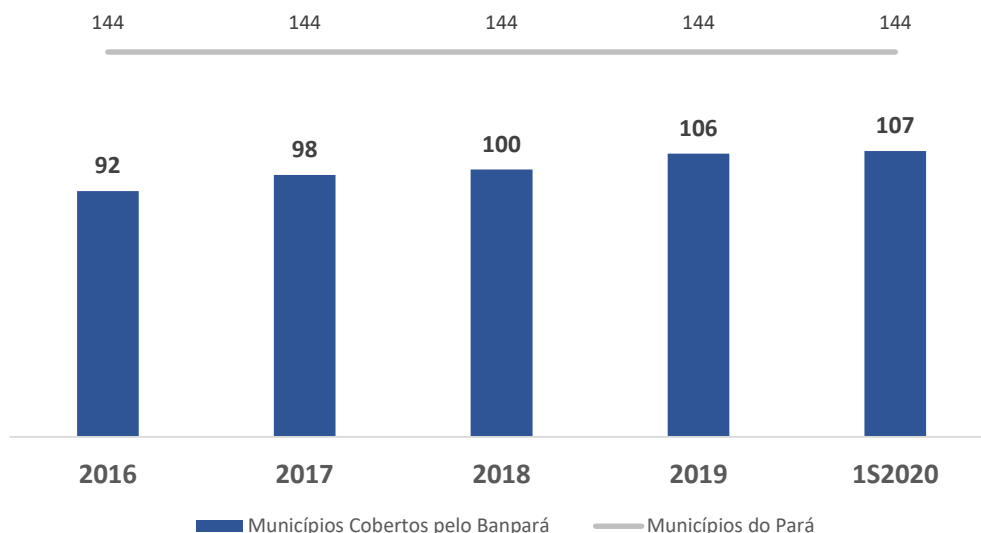


## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



#### Cobertura Geográfica



#### Market Share

##### NÚMERO DE AGÊNCIAS POR REGIÃO ADMINISTRATIVA<sup>1</sup>: 1S2020 E 1S2019

Região de Integração	1S2020			1S2019		
	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará	Banpará	Todos os Bancos	(%) Cobertura do Banpará
Araguaia	13	42	30,95%	11	40	27,50%
Baixo Amazonas	12	44	27,27%	12	45	26,67%
Carajás	11	56	19,64%	11	56	19,64%
Guajará <sup>2</sup>	18	140	12,86%	18	145	12,41%
Guamá	11	36	30,56%	11	38	28,95%
Lago de Tucuruí	5	23	21,74%	5	23	21,74%
Marajó	10	21	47,62%	10	21	47,62%
Rio Caetés	11	28	39,29%	10	28	35,71%
Rio Capim	11	41	26,83%	11	43	25,58%
Tapajós	5	13	38,46%	4	12	33,33%
Tocantins	12	42	28,57%	12	42	28,57%
Xingu	6	26	23,08%	6	26	23,08%
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>512</b>	<b>24,41%</b>	<b>121</b>	<b>519</b>	<b>23,31%</b>

<sup>1</sup> Trata-se de agrupamento territorial dos municípios do Pará adotado oficialmente pelo Governo do Estado para gerenciamento das suas políticas públicas.

<sup>2</sup> Deste agrupamento fazem parte cinco dos sete municípios da Região Metropolitana de Belém. São eles: Belém, Ananindeua, Benevides, Marituba e Santa Bárbara.

Fonte: BCB – Relação de Agências (base: Junho/2020 e Junho/2019).

Errata: No Relatório do 1 Trimestre foi informado de forma errônea as quantidades de agência do Banpará nas regiões de integração do Araguaia (14) e Baixo Amazonas (11) e para Todos os Bancos, Araguaia (44) e Baixo Amazonas (43), quantidades estas já corrigidas neste documento em ambos os casos.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



Market Share em Relação ao Mercado - % - No Estado: 2020, 2019 e 2018 (Valores em R\$ mil)

	1S2020 <sup>1</sup>		Market Share	1S2019		Market Share	1S2018		Market Share
	Banpará	Pará		Banpará	Pará		Banpará	Pará	
Depósito à prazo	4.394.883	11.583.044	37,94%	4.237.186	11.372.053	37,26%	3.817.033	10.203.276	37,41%
Depósito à vista	982.739	3.989.057	24,64%	661.645	3.300.283	20,05%	572.029	3.239.859	17,66%
Depósito de poupança	1.097.371	11.105.316	9,88%	968.946	10.134.985	9,56%	901.867	9.406.753	9,59%
Operações de Crédito	5.753.493	26.744.927	21,51%	4.428.703	24.187.761	18,31%	4.110.968	22.298.811	18,44%

<sup>1</sup> Valores com base no mês de Março/2020.

Fonte: BCB – ESTBAN referente ao primeiro semestre de cada ano.

### Investimento em Capital Humano

O Banpará, no primeiro semestre de 2020, disponibilizou 2.981 vagas de capacitação em cursos, palestras, webinar, workshops, distribuídas em 40 temas voltados às áreas de interesse do Banco e demandas legais, realizados nesta capital, nas modalidades presencial e EAD.

Os cursos foram promovidos pela Universidade Corporativa Banpará (UniBanp), que tem como principal objetivo a capacitação e aperfeiçoamento do capital intelectual, com foco no alcance dos resultados e cumprimento do Planejamento Estratégico do Banco, oportunizando diversos treinamentos a todos os empregados da Instituição.

Dentre os cursos presenciais, destacamos os cursos “Laboratório de Liderança”, ocorrido em Belém, para Gerentes, Supervisores e Coordenadores da Matriz, “Crédito Imobiliário” para os empregados das Agências e Matriz que atuarão na venda desse novo produto, “Formação de Brigada de Incêndio”, para os funcionários do Complexo Nazaré e Agência Marabá e o Workshop Gartner: “Como Motivar Os Desmotivados?”, para os empregados da área de TI, somando-se o total de 150 empregados capacitados na modalidade presencial.

Ainda durante o primeiro semestre 2020, devido à pandemia de COVID-19, envidamos esforços na reformulação de diversos cursos para a modalidade EAD, como forma de capacitar o maior número de empregados e cumprir o máximo possível o Plano Anual de Treinamento do Banco. Deste modo, foram disponibilizados na plataforma de treinamentos da UniBanp, os cursos “Atendimento Inclusivo nas Agências”, “Crédito Especial, Categoria de Contas e Cheque Especial, em conformidade com as SARB’s da Federação Brasileira de Bancos – FEBRABAN”, “Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo”, alcançando aproximadamente 2.400 colaboradores do Banco.

O Banpará também proporciona aos seus empregados incentivos para a educação continuada através do Programa de Desenvolvimento Educacional do Banpará - PDEB, beneficiando no primeiro semestre de 2020, 120 empregados, com ressarcimentos de 50% a 80% em cursos de graduação e pós-graduação.

### Gerenciamento de Riscos Financeiros e de Capital

O Banpará, no que diz respeito aos gerenciamentos de Risco Financeiro e de Capital e à Gestão Integrada de Riscos, desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



Basileia, alinhada às boas práticas de mercado e normas internas e externas, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas informatizados, visando gerar informações sistematizadas que servirão de base à identificação, avaliação, mensuração, mitigação e monitoramento dos diversos riscos organizacionais, em convergência aos seus objetivos estratégicos.

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de riscos e de capital compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, constituída pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro - SURIS, unidade responsável por mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas relacionadas a riscos financeiro e socioambiental e ao gerenciamento de capital; o Núcleo de Controle Interno de Compliance - NUCIC, responsável por assegurar, em conjunto com as demais áreas, a adequação, fortalecimento e funcionamento do Sistema de Controles Internos, da função de Compliance e da Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Anticorrupção, objetivando mitigar os riscos, bem como disseminar a cultura de controles para assegurar o cumprimento de leis e regulamentos existentes; e a Superintendência de Gestão de Risco Operacional - SUROP, responsável por mitigar a possibilidade de ocorrência de perdas causadas por falha operacional e garantir a continuidade dos negócios, vinculadas à Diretoria de Controle, Risco e Relação com Investidores - DICRI (*Chief Risk Officer*).

Visando alcançar a amplitude devida, bem como as implementações de ações mitigadoras de forma tempestiva a área responsável pelo gerenciamento de riscos e de capital disponibiliza aos Órgãos de Governança, relatórios produzidos mensalmente, trimestralmente e semestralmente, ou extraordinariamente em situação de exposições potenciais a riscos que necessitem de correções imediatas.

A adequada gestão de risco torna-se ainda mais imprescindível na atualidade, pois em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde decretou que a propagação do novo coronavírus elevou-se ao status de pandemia, ressaltando a necessidade de desenvolvimento de estratégias para o tratamento adequado na contenção do avanço das contaminações e na manutenção das atividades essenciais.

Desde então, a Superintendência de Risco Financeiro está reportando diariamente aos Órgãos de Governança do Banpará todas as posições de risco assumidas pelo Banco para os riscos de mercado, crédito e liquidez e ainda gerenciamento de capital, para que sejam tomadas decisões tempestivas.

No 1º semestre de 2020, apesar do cenário de pandemia do COVID-19 o monitoramento das posições de risco financeiro, não identificou extrapolações relevantes nas posições de risco administradas pelo Banco.

#### **Risco de Mercado**

O Risco de Mercado define-se como a possibilidade de perdas resultantes da variação no valor de mercado dos instrumentos detidos pelo Banco em face de mudanças nas taxas de juros, na variação cambial, nos preços de ações e mercadorias (commodities) e na correlação entre eles e nas suas volatilidades. No Banpará, os ativos e passivos são marcados a mercado diariamente, de acordo com metodologias amplamente utilizadas pela indústria financeira e implementadas no sistema de gerenciamento de riscos, que traz os ativos e passivos a valor presente pelas curvas de mercado. O monitoramento é realizado por meio da apreciação das posições e exposições reportadas em relatórios periódicos aos Órgãos de Governança da Instituição, havendo, deste

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



modo, contínuo acompanhamento no cumprimento desses parâmetros e dos normativos externos e internos.

#### Risco de Liquidez

Define-se como risco de liquidez a possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; como também a possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

#### Risco de Crédito

Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação do risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

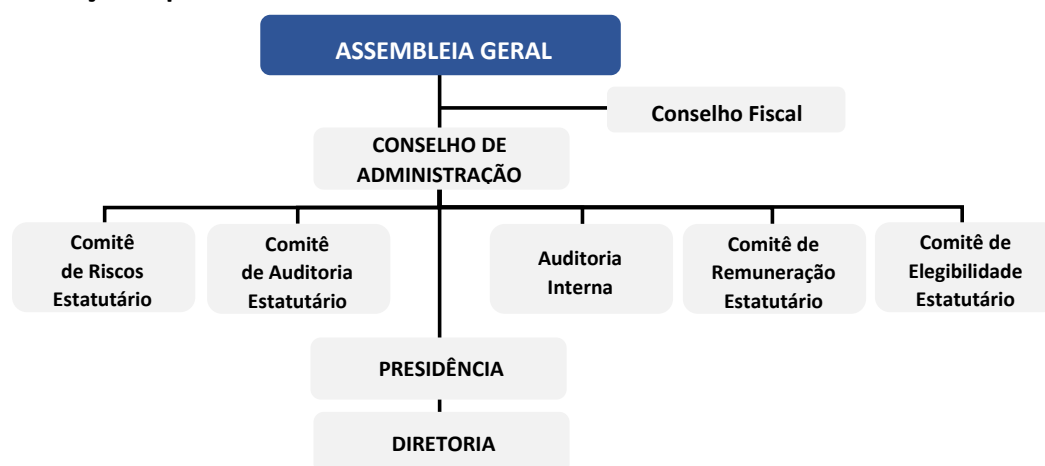
O Banpará realiza o monitoramento da carteira por meio de indicadores relacionados ao desempenho e evolução da carteira, concentrações de carteira, níveis de inadimplência e classificação de risco, dentre outros.

As posições assumidas pelo Banco no que se refere ao risco de crédito são devidamente reportadas à Alta Administração e demais áreas envolvidas no processo creditício por meio de relatórios gerenciais.

#### Gestão de Capital

Define-se como gestão de capital o processo contínuo de avaliação, monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, necessário para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta, assim como o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. No Banpará o monitoramento do capital é realizado por meio do acompanhamento dos valores projetados para um determinado período, com o valor efetivo, permitindo a realização de ações para correção quando da detecção de desvios. As projeções realizadas para o Plano de Capital são monitoradas e reportadas mensalmente à Diretoria Colegiada. Neste processo são monitorados os limites mínimos exigidos pelo regulador e os limites mínimos definidos para o Banpará.

#### Governança Corporativa



## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



**Assembleia Geral:** órgão superior de deliberação, tendo poder de deliberar sobre todos os negócios de interesse da instituição.

**Conselho de Administração:** órgão que fixa a orientação geral dos negócios, estabelecendo políticas e diretrizes gerais da instituição, atuando com independência e de forma técnica.

**Conselho Fiscal:** órgão que atua na fiscalização e controle da administração.

**Auditoria Independente:** atua, com independência e de forma técnica, para apoiar a administração em relação à integridade das demonstrações financeiras.

**Auditoria Interna:** vinculada ao Conselho de Administração, tem a finalidade de aperfeiçoamento dos controles internos e de monitoramento do cumprimento das normas estabelecidas, sempre às estratégias da instituição.

**Comitê de Auditoria Estatutário:** órgão vinculado ao Conselho de Administração, com o objetivo de supervisionar as atividades da auditoria independente, da auditoria interna e os processos de controles internos e de gestão de riscos e *compliance*.

**Comitê de Elegibilidade Estatutário:** órgão vinculado ao Conselho de Administração cujo objetivo é analisar a indicação dos membros da administração e do Conselho Fiscal.

**Comitê Remuneração Estatutário:** órgão vinculado ao Conselho de Administração cujo objetivo é fixar a remuneração dos administradores em consonância com as legislações vigentes.

**Comitê de Riscos Estatutário:** órgão vinculado ao Conselho de Administração, cujo objetivo é assessorá-lo no desempenho de suas atribuições pertinentes à gestão e controle dos riscos e do gerenciamento de capital.

**Ouvidoria:** exerce relevante papel como um canal de comunicação direta, atuando, inclusive, na mediação de conflitos.

**Diretoria Colegiada:** conduz os negócios do Banco nos limites das atribuições e competências pela Lei, pelo Estatuto Social e pelo Conselho de Administração.

### Controles Internos e *Compliance*

A área de Controles Internos e *Compliance* busca assegurar que as atividades da Instituição sejam conduzidas em um ambiente de controle adequado à legislação vigente, diretrizes internas e alinhadas às boas práticas de governança corporativa.

Com foco no adequado gerenciamento dos riscos corporativos do Banpará, a gestão dos controles internos está estruturada tomando por base os principais componentes da metodologia do COSO (*Comitee of Sponsoring Organizations*), utilizando-se de instrumentos para identificação dos riscos capazes de afetar a realização dos objetivos estratégicos e de negócios do Banco. Tais riscos são identificados, avaliados e respondidos no contexto do apetite a riscos estabelecido pela Diretoria Colegiada e Conselho de Administração, com o estabelecimento de atividades de controle para ajudar a assegurar de forma adequada e oportuna as respostas aos riscos avaliados, além de

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



atividades de monitoramento com a realização de contínuas avaliações independentes, visando resguardar recursos e diminuir a ocorrência de perdas.

Os controles internos do Banpará são testados por meio das avaliações presenciais, bem como auto-avaliações periódicas. No 1º semestre de 2020 os gestores de 121 agências e 34 unidades de matriz avaliaram os controles existentes nos processos por eles conduzidos.

As fragilidades identificadas geraram contramedidas, os planos de ação, os quais são monitorados pelo Subnúcleo de Controles Internos, vinculado ao Núcleo de Controle Interno e *Compliance*, sendo seus status reportados a Diretoria Colegiada mensalmente.

Tendo em vista a Função de *Compliance*, o Banpará, pautado no seu compromisso com a sociedade e na integridade de seus atos, de modo a fortalecer a governança corporativa e a reputação institucional, estabeleceu, mediante aprovação da Alta Administração, o Programa de *Compliance*, um elemento da estrutura de governança corporativa composto por um conjunto de procedimentos, mecanismos e diretrizes internas, envolvendo todo o Banco e as partes interessadas, constituído com o fim de monitorar, prevenir e tratar possíveis irregularidades normativas e de conduta na realização das atividades do Banco e, conseqüentemente, mitigar os riscos de *Compliance*.

Merece destaque, no primeiro semestre de 2020, o Pilar do Programa de *Compliance* denominado Avaliação do Risco de *Compliance* que apresentou os primeiros resultados em meados de abril, com a apresentação do Painel de Riscos de *Compliance* à Alta Administração, com vistas ao fornecimento de suporte e conhecimento dos riscos de *compliance* incorridos pela Instituição, assim como das medidas adotadas para o tratamento desses riscos e, conseqüentemente, redução das ameaças de desconformidade com obrigações legais e regulatórias, bem como das vulnerabilidades oriundas do descumprimento de requisitos normativos.

No desdobramento das demais atividades do Sistema de *Compliance* ao longo do primeiro semestre de 2020, foi realizada a captura de 2.018 normativos publicados pelos Órgãos Reguladores/Autorreguladores das atividades bancárias, sendo 630 encaminhados às áreas do Banco para apreciação quanto à aplicabilidade; assim como o monitoramento de 54 demandas formais/legais originadas do fluxo de normativos externos aplicáveis ao Banpará e ainda, o controle do cumprimento de 1.514 atividades mandatórias, que correspondem às obrigações legais periódicas de envio de documentos e informações aos reguladores bancários.

### Ouvidoria

A Ouvidoria do Banpará presta atendimento aos clientes e usuários, em caráter recursal, ratificando ou esclarecendo situações já demandadas no atendimento preliminar, para as quais cumpre prazo de até 10 dias úteis, estabelecido pela Resolução CMN nº 4.433/15 ou, de 20 dias corridos, para o atendimento de assuntos relacionados à Lei de Acesso à Informação nº 12.527/11.

Atua ativamente na prevenção e mediação de conflitos, de forma imparcial e célere, com respostas claras, objetivas e conclusivas, garantindo conquistas que refletem o comprometimento da Instituição Financeira com o respeito aos direitos do consumidor, a busca constante pela excelência no atendimento e bom relacionamento com a sociedade.

Aplica avaliação direta da qualidade do atendimento prestado aos clientes e usuários, disponibilizando a linha 0800 280 9040 (DDG) ou por meio de ligação automática para o demandante, após o envio da resposta pela Ouvidoria. A avaliação que registra notas de 1 a 5, de acordo com o nível de satisfação, entrou em vigor a partir do segundo semestre de 2018. Os

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



relatórios de avaliação são encaminhados ao Bacen, conforme determina a Resolução nº 4.629 de 25/01/2018.

No 1º Semestre de 2020, foram analisadas 340 demandas, sendo 96 procedentes e 244 improcedentes. As demandas julgadas procedentes solucionadas são analisadas e submetidas à Alta Administração do Banco por meio de proposições, nos Relatórios mensais, que objetivam melhorias nos processos de gestão.

A Ouvidoria atua de acordo com as normas do Conselho Monetário Nacional: Resolução nº 4.433/2015, atualizada pela Resolução nº 4.629/18; Carta Circular nº 3.503/2010; Circular nº 3.778/2015, emitidas pelo Banco Central do Brasil; obedece à Instrução CVM nº 529/2012; dá cumprimento ao Decreto Estadual nº 1.359/2015, que regula a Lei de Acesso à Informação nº 12.527/2011 e atende ao Ofício Circular nº 06, de 09/06/2016 – Gab/OGE/PA – Ouvidoria Geral do Estado.

Paralelamente aos normativos citados, a Ouvidoria é signatária da Autorregulação Bancária da Febraban que, pelo SARB 022/2019 (SARB - Sistema de Autorregulação Bancária), exige das ouvidorias que ao menos 50% de suas reclamações sejam respondidas no prazo de 05 dias úteis. Houve o cumprimento desse prazo em 58,5% no percentual consolidado no 1º semestre de 2020, sendo 199 demandas atendidas em até 05 dias úteis, das 340 registradas.

O Banpará ao aderir ao consumidor.gov.br., passou a disponibilizar 10 canais de acesso à Ouvidoria para uso dos clientes e usuários de produtos e serviços do Banco.

### Sustentabilidade e Ações sociais

Nossa estratégia de gestão visa o fortalecimento econômico, social e ambiental do Estado, com base em critérios de sustentabilidade, assegurando a inclusão e disseminação de práticas socioambientais responsáveis nas ações diretas e indiretas, dentro e fora da Instituição, a fim de mitigar o risco socioambiental inerente aos nossos negócios, alinhados às melhores práticas de mercado.

Investimos em ações e divulgações periódicas que disseminam a responsabilidade socioambiental e o comprometimento do Banco na busca de melhores resultados, considerando os indicadores de sustentabilidade, visando incentivar a conscientização dos nossos colaboradores.

Nossas diretrizes socioambientais estão em consonância com as normatizações dos órgãos reguladores. Os conceitos da Política de Responsabilidade Socioambiental – PRSA do Banpará atendem à regulamentação do Conselho Monetário Nacional, constante na Resolução 4.327/2014, no que tange às ações de natureza socioambiental nos negócios e na relação com as partes interessadas.

Elaboramos o Relatório de Sustentabilidade referente ao ano de 2019, conforme Normas Standard da Global Reporting Initiative (GRI), como forma de valorizar a transparência e atender as diretrizes contidas na Política de Responsabilidade socioambiental – PRSA e na Lei nº 13.303/2016. O mesmo está em fase de análise, para posterior aprovação e publicação.

Cumprindo nossa responsabilidade de implantação e acompanhamento de projetos e programas voltados à responsabilidade socioambiental, alinhados à missão do Banco, divulgamos semanalmente matérias e dicas sustentáveis por meio do Programa Ambiente Amigo - PAA, para a educação e disseminação da cultura socioambiental, a fim de reduzir o consumo de energia elétrica, papel e descartáveis. E ainda, realizamos coleta seletiva periódica, ajudando a promover a

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

### Relatório da Administração 1S2020



sustentabilidade das cooperativas de catadores do Estado. No 1º Semestre de 2020 foram coletados por meio da coleta seletiva, 2.274 kg de materiais recicláveis.

Da mesma forma, mantivemos o apoio aos projetos sociais realizados por instituições sem fins lucrativos. Destinamos mais de R\$ 221 mil para a Casa do Menino Jesus, que acolhe crianças e adolescentes com câncer e outras patologias crônicas em tratamento na capital, e para o Espaço Nova Vida, que dá apoio e tratamento ao dependente químico.

Favorecendo a prática da Inclusão Social, mantivemos em nosso quadro de prestadores de serviços 90 portadores de deficiência, por meio do Convênio com a Associação Paraense de Pessoas com Deficiência – APPD.

Destacamos o início da operacionalização do Fundo Esperança, criado pela Lei Estadual nº 9.032/2020, destinado a financiar emergencialmente os pequenos e microempreendedores, bem como as cooperativas de trabalho que se enquadram na Lei nº 12.690/2012, afetados pelas adversidades econômicas decorrentes da pandemia COVID-19, no âmbito do Estado do Pará.

Ao todo, foram disponibilizados R\$200 milhões para concessão de financiamentos até R\$15 mil, com prazo de 36 meses, carência de 90 dias e taxa de 0,2% ao mês. Sendo que, parte desses recursos, advém da parcela de lucros e dividendos resultantes da participação acionária do Estado do Pará no Banco do Estado do Pará S/A.

Até o final de junho de 2020, mais de 60 mil empreendedores, pessoas físicas e jurídicas (MEI, ME e EPP), haviam tido a liberação do seu crédito, totalizando a injeção de mais de R\$150 milhões de reais na economia local para imediata circulação. Fato este que conferiu ao Fundo Esperança o papel de principal ferramenta do Governo do Estado do Pará no enfrentamento dos efeitos econômicos decorrentes da pandemia.

### **Auditoria Independente**

Em cumprimento ao contido no artigo 2º, da Instrução CVM nº 381/2003, destaca-se que os serviços prestados pela empresa de auditoria KPMG Auditores Independentes abrangem, exclusivamente, Auditoria Externa.

## Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração 1S2020



### Agradecimentos

As realizações alcançadas no primeiro semestre de 2020 são fruto da dedicação e esforço dos nossos empregados e colaboradores, aos quais dirigimos nosso reconhecimento e agradecimento. Ao Governo do Estado do Pará agradecemos pelo apoio recebido e aos demais acionistas, clientes e fornecedores, pela confiança em nós depositada.

**Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva**

Diretor-Presidente

**Bruno Bitar Morhy**

Diretor de Tecnologia

**Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo**

Diretora de Controle, Riscos e Relações com Investidores

**Jorge Wilson Campos e Silva Antunes**

Diretor Comercial e Fomento

**Paulo Roberto Arévalo Barros Filho**

Diretor Administrativo

**Ruth Pimentel Mello**

Diretora Financeira e de Produtos e Serviços Comerciais

**Notas Explicativas**



**2020**  
**1º semestre**

**NOTAS EXPLICATIVAS**

## Notas Explicativas

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

---

O Banco do Estado do Pará S.A. – BANPARÁ é uma sociedade anônima de capital aberto e economia mista, cuja sede administrativa está localizada na Av. Presidente Vargas, nº 251, Campina, Belém, Pará, tendo como acionista majoritário o Governo do Estado do Pará. Opera na forma de banco múltiplo com as carteiras comercial, de crédito imobiliário, de desenvolvimento e de câmbio. As operações são conduzidas para agregar valor à economia do Estado do Pará e tem como fonte de financiamento, além dos recursos próprios (Patrimônio Líquido), os recursos obtidos principalmente com captações de depósitos à vista, poupança e depósitos a prazo, que incluem os depósitos judiciais. O Banco atua, também, como instrumento de execução da política econômico-financeira do Estado do Pará, em consonância com os planos e programas do Governo Estadual.

### 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

---

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pelos normativos do Banco Central do Brasil (BACEN) e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e nas normas aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando deliberados pelo CMN.

Os Pronunciamentos Técnicos Contábeis já deliberados pelo CMN até o momento são:

Resolução CMN nº 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01 R1);

Resolução CMN nº 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 R2);

Resolução CMN nº 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05 R1);

## Notas Explicativas

Resolução CMN nº 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);

Resolução CMN nº 3.973/11 – Evento Subsequente (CPC 24);

Resolução CMN nº 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações (CPC 10 R1);

Resolução CMN nº 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23);

Resolução CMN nº 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (CPC 00 R1);

Resolução CMN nº 4.224/15 – Benefícios a Empregados (CPC 33 R1);

Resolução CMN nº 4.524/16 – Efeito das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (CPC 02 R2);

Resolução CMN nº 4.534/16 – Intangível (CPC 04 R1);

Resolução CMN nº 4.535/16 – Imobilizado (CPC 27);

Resolução CMN nº 4.748/19 – Mensuração do Valor do Justo (CPC 46); e

Circular 3.959/2019 – Resultado por ação (CPC 41).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN passará adotar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Foram observadas ainda, as alterações advindas da Resolução nº 4.720/19 do CMN e da Circular nº 3.959/19 do BACEN, cujo principal objetivo é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards - IFRS*. As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com o mesmo período do exercício social anterior para as quais foram apresentadas.

O Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2019 e a Demonstração do Resultado de 30 de junho de 2019 e segundo trimestre de 2019, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados conforme Resolução nº 4.720/19 do CMN e Circular nº 3.959/19 do BACEN, como consequência, as nomenclaturas e/ou saldos apresentados nessas demonstrações contábeis podem diferir daqueles apresentados em períodos anteriores conforme demonstrado nas tabelas a seguir:

## Notas Explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL				
ATIVO				
De	Para	Publicado em: 31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019 (Reapresentação)
Disponibilidades		210.161	(210.161)	-
	Caixa e Equivalentes de Caixa	-	210.161	210.161
Aplicações interfinanceiras de liquidez		1.060.968	(1.060.968)	
	Caixa e Equivalentes de Caixa		48.258	48.258
	Aplicações interfinanceiras de liquidez		499.646	499.646
	Aplicações Depósitos Interfinanceiros		513.064	513.064
Títulos e valores mobiliários (Circulante)		860.740	(860.740)	-
Títulos e valores mobiliários (ARLP)		97.171	(97.171)	-
	Títulos e valores mobiliários		957.911	957.911
Relações interfinanceiras (Circulante)		518.586	(518.586)	-
Relações interfinanceiras (ARLP)		62.842	(62.842)	-
	Relações interfinanceiras		581.428	581.428
Operações de crédito (Circulante)		1.619.469	(1.619.469)	-
Operações de crédito (ARLP)		3.571.486	(3.571.486)	-
	Operações de crédito		5.336.201	5.336.201
	Operações de crédito		(145.246)	(145.246)
Outros Créditos (Circulante)		420.947	(420.947)	-
Outros Créditos (ARLP)		165.700	(165.700)	-
	Outros Créditos		408.088	408.088
	Outros Créditos		(3.326)	(3.326)
	Crédito Tributário		181.885	181.885
Outros valores e bens		6.626	(6.626)	-
Investimento		33	(33)	-
	Outros Ativos (Provisões para valor recuperável de ativos)		8.399	8.399
			(1.740)	(1.740)
Imobilizado de uso		78.499	(78.499)	-
	Imobilizado de uso		208.363	208.363
	(Depreciações Acumuladas)		(129.864)	(129.864)
Intangível		119.820	(119.820)	-
	Intangível (Amortizações Acumuladas - Intangível)		158.834	158.834
			(39.014)	(39.014)
<b>TOTAL</b>		<b>8.793.048</b>	<b>-</b>	<b>8.793.048</b>

## Notas Explicativas

PASSIVO				
De	Para	Publicado em: 31/12/2019	Reclassificações	31/12/2019 (Reapresentação)
Depósitos (Circulante)		4.182.575	(4.182.575)	-
Depósitos (RLP)		1.748.735	(1.748.735)	-
	Depósitos à vista		882.529	882.529
	Depósitos a prazo		3.701.985	3.701.985
	Depósitos Interfinanceiro		191.919	191.919
	Depósitos Poupança		1.154.877	1.154.877
Emissão de títulos (Circulante)		103.067	(103.067)	-
Emissão de títulos (RLP)		135.722	(135.722)	-
	Emissão de títulos		238.789	238.789
Outras obrigações		262.056	(262.056)	-
	Outras obrigações		183.134	183.134
	Provisões		78.922	78.922
<b>TOTAL</b>		<b>6.432.155</b>	<b>-</b>	<b>6.432.155</b>

DRE				
De	Para	Publicado em: 30/06/2019	Reclassificações	30/06/2019 (Reapresentação)
Outras receitas operacionais		60.225	(60.225)	-
Outras despesas operacionais		(37.721)	37.721	-
	Outras receitas operacionais		14.650	14.650
	Outras despesas operacionais		(11.130)	(11.130)
	Reversões/(Despesas) de Prov. com Ações Judiciais		18.984	18.984
<b>TOTAL</b>		<b>22.504</b>	<b>-</b>	<b>22.504</b>

DFC				
De	Para	Publicado em: 30/06/2019	Reclassificações	30/06/2019 (Reapresentação)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		47.715	(47.715)	-
	(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)		47.715	47.715
<b>TOTAL</b>		<b>47.715</b>	<b>-</b>	<b>47.715</b>

As Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria do Banco em 21 de agosto de 2020.

### Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras, requerem que a

## Notas Explicativas

Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando aplicável.

Desse modo, na preparação destas Demonstrações Contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros; e a determinação da vida útil de determinados ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material para os próximos períodos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa nº 7 – Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

Nota explicativa nº 9 - determinação da vida útil econômica de alguns ativos;

Nota explicativa nº 12 (c) - reconhecimento e mensuração de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas: principais premissas sobre a probabilidade de perda e das estimativas quanto aos valores prováveis de desembolsos futuros;

Nota explicativa nº 16 - cálculo de provisões para pagamentos de obrigações com planos de previdência complementar, devido a premissas atuariais; e

Nota explicativa nº 19 (b) - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados e diferenças temporárias absorvidas em um prazo previsível, quando aplicável.

## Notas Explicativas

### a. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis contêm registros que refletem o valor de custo amortizado das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação, que são avaliados pelo valor justo.

### b. Moeda funcional

As Demonstrações Contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

---

As políticas contábeis adotadas pelo Banco são aplicadas de forma consistente e uniforme em todos os períodos apresentados nestas Demonstrações Contábeis.

### a. Apuração do resultado

O resultado é apurado com base no regime de competência. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em contas redutoras dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial.

### b. Caixa e equivalente a caixa

Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa (conforme disposto na Resolução CMN nº 3.604/08), caixa e equivalente de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e de aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias da data de aplicação e que apresentem risco insignificante de mudança em seu valor justo.

### c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

## Notas Explicativas

### d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Banco possui papéis classificados em:

**Títulos para negociação:** adquiridos com o propósito de serem ativados e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

**Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos com base nas condições pactuadas com a contraparte, em contrapartida ao resultado. O registro dos “Títulos mantidos até o vencimento” em circulante e não circulante foi definido de acordo com os seus respectivos prazos de vencimento.

Os rendimentos dos títulos, calculados *pro rata* dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, são apropriados ao resultado.

## Notas Explicativas

O Banco, em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, não possuía papéis classificados na categoria disponível para venda.

### **e. Instrumentos financeiros derivativos**

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o Banco não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos, bem como qualquer saldo registrado de operações dessa natureza.

### **f. Relações interfinanceiras**

Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina do Banco, assim como não estão inclusos caixas e equivalentes de caixa.

Créditos com o FCVS – São créditos vinculados ao SFH que correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal (CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O FCVS, criado por intermédio da Resolução CMN nº 25, de 16 de junho de 1967, do Conselho de Administração do extinto Banco Nacional da Habitação (BNH), tem como função garantir, perante os bancos/agentes financeiros, a quitação do saldo remanescente dos contratos de financiamento imobiliário residencial decorrente do descasamento entre os índices de inflação, utilizados para corrigir monetariamente os valores dos contratos, e os reajustes salariais.

Os créditos são mantidos ao seu valor nominal atualizado, dada a intenção, por parte da Administração, de manter até seu vencimento os títulos CVS a que esses créditos serão convertidos.

### **g. Operações de crédito**

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pós-fixadas, as operações de crédito encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações.

## Notas Explicativas

Todas as operações de crédito têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo) e a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas *pro rata* dia com base no indexador e na taxa de juros pactuados. A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, as mesmas serão apropriadas ao resultado somente quando efetivamente forem recebidas.

Os riscos das operações ativas renegociadas são definidos conforme critério da Resolução CMN nº 2.682/1999, ou seja, permanecem no *rating* que se encontravam antes da renegociação e as renegociações de operações de crédito que foram anteriormente baixadas contra a provisão, que estavam em contas de compensação, são classificadas como nível H. Os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente serão reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

### **h. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas do CMN/BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682/1999 (Nota 7.2).

## Notas Explicativas

### **i. Outros Créditos – Operações com Cartão de Crédito**

Os valores a faturar estão representados por valores a receber dos usuários de cartão de crédito pela utilização em estabelecimentos conveniados às bandeiras MasterCard e Bcard (bandeira própria). Estes valores são contabilizados em valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 8c).

### **j. Outros valores e bens**

Compostos, basicamente, por bens não destinados a uso, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação em pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento, os quais são ajustados a valor de mercado por meio de provisão por desvalorização, de acordo com as normas vigentes; e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

### **k. Investimentos**

Os investimentos estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, retificados por provisões para perdas por desvalorização, quando aplicável.

### **l. Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controle dos bens para a entidade.

O ativo imobilizado do Banco é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear às seguintes taxas anuais: imóveis de uso 4% ao ano; instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações 10% ao ano; sistemas de transporte 20% ao ano; e sistemas de processamento de dados 20% ao ano, e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

## Notas Explicativas

A Administração do Banco entende serem essas taxas que melhor espelham a depreciação do seu imobilizado pelo uso, ação do tempo e desgaste por obsolescência.

A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes estão apresentadas na Nota 09.

### **m. Intangível**

O intangível corresponde aos ativos não monetários identificáveis sem substância física, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição, destinados a manutenção do Banco ou exercido com essa finalidade, de acordo a Resolução CMN nº 4.534, de 24 de novembro de 2016.

Esse grupo está representado por aquisição de *software*. São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Gastos com o desenvolvimento interno de *software* são reconhecidos como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir e utilizar tal desenvolvimento, bem como mensurar com segurança os custos diretamente atribuíveis ao intangível. Tais custos são amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros esperados.

A amortização é calculada pelo método linear às taxas divulgadas na Nota 09.

### **n. Redução ao valor recuperável de ativos (“*impairment*”)**

Uma perda é reconhecida caso existam evidências claras de que os ativos estão avaliados por valor não recuperado. A partir do exercício de 2008, esse procedimento passou a ser realizado, no mínimo, anualmente. Eventuais perdas, quando identificadas, são reconhecidas no resultado.

## Notas Explicativas

### **o. Depósitos e captações no mercado aberto**

Depósitos e captações no mercado aberto são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

A composição dos papéis registrados em depósitos e captações no mercado aberto, bem como seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado, estão apresentados na Nota 10.

### **p. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

Ativos e passivos contingentes referem-se ao reconhecimento de direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros. A mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuadas de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09, que determinam:

- Os passivos contingentes decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é uma obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos do Banco capazes de gerar benefícios econômicos. Os valores registrados no passivo relacionados as ações civis públicas, representados por decisões favoráveis, provisórias ou definitivas, serão mantidos pelo prazo prescricional de 5 anos do direito a execução.

## Notas Explicativas

- Obrigações legais, fiscais e previdenciárias são derivadas de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos, quando aplicável, integralmente nas Demonstrações Contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, está apresentado na Nota 12.

### q. Tributos

As provisões para imposto de renda, contribuição social, PIS/PASEP, COFINS e ISS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

Tributos	Alíquotas
Imposto de renda	15%
Adicional de imposto de renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

A contribuição social sobre o lucro foi calculada na alíquota de 20% a partir de março de 2020, conforme art. 32 da EC 103/2019.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases, observando-se a alteração da alíquota da CSLL conforme Lei nº 13.169/15. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006 e CMN n.º 4.192/2013, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

### r. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos por competência de acordo com os serviços

## Notas Explicativas

prestados. Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica, de responsabilidade do Banco, são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos na forma da Resolução CMN nº. 4.424/2015.

Nos planos de contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. Sendo assim, a contabilização dos custos é determinada pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação do Banco.

Conseqüentemente, nenhum cálculo atuarial é requerido na mensuração da obrigação ou da despesa e não existe ganho ou perda atuarial. Nos planos de benefício definido, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente na instituição patrocinadora. Sendo assim, a contabilização dos custos exige a mensuração das obrigações e despesas do plano, existindo a possibilidade de ocorrerem ganhos e perdas atuariais, podendo originar o registro de um passivo quando o montante das obrigações atuariais ultrapassa o valor dos ativos do plano de benefícios ou de um ativo quando o montante dos ativos supera o valor das obrigações do plano. Nesta última hipótese, o ativo somente deverá ser registrado quando existirem evidências de que este poderá reduzir efetivamente as contribuições da patrocinadora ou que será reembolsável no futuro.

### **s. Outros ativos e passivos**

Demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas são integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

### **t. Demonstração do valor adicionado**

O Banco elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09, apresentada como parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## Notas Explicativas

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa tem a seguinte composição:

Contas	30.06.2020	31.12.2019
<b>Caixa</b>	<b>278.646</b>	<b>210.161</b>
Disponibilidades em moeda nacional	272.549	205.155
Disponibilidades em moeda estrangeira	6.097	5.006
<b>Equivalente de Caixa</b>	<b>939.997</b>	<b>48.258</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	939.997	48.258
<b>Total</b>	<b>1.218.643</b>	<b>258.419</b>

O montante de R\$ 939.997 em 30 de junho de 2020 (R\$ 48.258 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa.

### 4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez tem a seguinte composição:

Títulos	30.06.2020	31.12.2019
<b>Aplicações - Mercado Aberto</b>	<b>939.997</b>	<b>547.904</b>
<b>Posição bancada</b>	<b>939.997</b>	<b>48.258</b>
Letras Financeiras do Tesouro	210.002	24.798
Letras do Tesouro Nacional	290.000	22.082
Notas do Tesouro Nacional	439.995	1.378
<b>Posição financiada</b>	<b>-</b>	<b>499.646</b>
Letras do Tesouro Nacional	-	100.140
Notas do Tesouro Nacional	-	399.506
<b>Aplicações - Depósitos interfinanceiros</b>	<b>435.063</b>	<b>513.064</b>
Não ligadas vinculadas ao crédito rural	435.063	513.064
<b>Total</b>	<b>1.375.060</b>	<b>1.060.968</b>

#### Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez

	2º Trim 2020	30.06.2020	2º Trim 2019	30.06.2019
Posição Bancada	3.231	7.120	13.804	24.144
Posição Financiada	1.370	4.564	3.302	7.409
Depósitos Interfinanceiros	4.187	8.862	6.054	9.308
<b>Total</b>	<b>8.788</b>	<b>20.546</b>	<b>23.160</b>	<b>40.861</b>

## Notas Explicativas

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez estão classificadas na demonstração do resultado como resultado de aplicações interfinanceiras e operações com títulos e valores mobiliários.

### 5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

#### a. Classificação por tipo de papel

Títulos	30.06.2020	31.12.2019
<b>Livres</b>	<b>970.062</b>	<b>499.723</b>
Letras Financeiras do Tesouro	879.640	402.552
CVS	89.094	95.858
Cotas de fundos de investimento em participações (a)	1.328	1.313
<b>Vinculados a operações compromissadas</b>	<b>46.038</b>	<b>449.813</b>
Letras Financeiras do Tesouro	46.038	449.813
<b>Vinculados à prestação de garantia</b>	<b>8.517</b>	<b>8.375</b>
Letras Financeiras do Tesouro	8.517	8.375
<b>Total</b>	<b>1.024.617</b>	<b>957.911</b>
<b>Circulante</b>	<b>934.195</b>	<b>860.740</b>
<b>Realizável em longo prazo</b>	<b>90.422</b>	<b>97.171</b>

(a) Objetivando promover o desenvolvimento da Amazônia, o Banco investe no Fundo de Investimento em Participações em Empresas Sustentáveis na Amazônia (FIP Amazônia), cujo objetivo é promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia proporcionando crescimento social, econômico e ambiental. O regulamento do fundo estabelece que o seu prazo de duração é de 12 anos podendo ser prorrogado por mais 3 anos.

#### b. Classificação por categoria e vencimento

Títulos	Meses		Anos			30.06.2020	31.12.2019
	Até 3	3 a 12	1 a 3	3 a 5	5 a 15	TOTAL	TOTAL
<b>Títulos para negociação</b>	<b>3.718</b>	<b>479</b>	<b>313.034</b>	<b>287.326</b>	<b>329.638</b>	<b>934.195</b>	<b>860.740</b>
<b>Títulos públicos</b>	<b>3.718</b>	<b>479</b>	<b>313.034</b>	<b>287.326</b>	<b>329.638</b>	<b>934.195</b>	<b>860.740</b>
Letras financeiras tesouro	3.718	479	313.034	287.326	329.638	934.195	860.740
<b>Títulos mantidos até o vencimento (a)</b>	-	-	-	<b>1.328</b>	<b>89.094</b>	<b>90.422</b>	<b>97.171</b>
<b>Títulos públicos</b>	-	-	-	-	<b>89.094</b>	<b>89.094</b>	<b>95.858</b>
CVS	-	-	-	-	89.094	89.094	95.858
<b>Títulos privados</b>	-	-	-	<b>1.328</b>	-	<b>1.328</b>	<b>1.313</b>
Cotas de fundos de invest. em participações	-	-	-	1.328	-	1.328	1.313
<b>TOTAL EM 30.06.2020</b>	<b>3.718</b>	<b>479</b>	<b>313.034</b>	<b>288.654</b>	<b>418.732</b>	<b>1.024.617</b>	
<b>TOTAL EM 31.12.2019</b>	<b>193.307</b>	<b>3.653</b>	<b>307.153</b>	<b>283.424</b>	<b>170.374</b>	-	<b>957.911</b>

## Notas Explicativas

(a) Não houve reclassificação entre categorias nos períodos findos em 30 de junho de 2020 e de 31 de dezembro 2019. Em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001, o Banco declara ter capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos classificados na categoria “mantidos até o vencimento”.

### c. Quanto aos ajustes de marcação a mercado

Títulos	30.06.2020		31.12.2019		30.06.2020	31.12.2019
	Custo Amortizado	Mercado	Custo Amortizado	Mercado	Ajuste	Ajuste
Para negociação	934.812	934.195	861.021	860.740	(617)	(281)
Letras financeiras do tesouro	934.812	934.195	861.021	860.740	(617)	(281)
<b>Mantidos até o vencimento (a)</b>	<b>90.422</b>	<b>90.422</b>	<b>97.171</b>	<b>97.171</b>	-	-
CVS	89.094	89.094	95.858	95.858	-	-
Cotas de fundos de invest. em participações	1.328	1.328	1.313	1.313	-	-

(a) Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo de aquisição, e acrescidos pelos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

### d. Quanto aos níveis de informação na mensuração ao valor justo

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	30.06.2020	Nível1	Nível2
<b>Para negociação</b>			
Letras financeiras do tesouro	934.195	934.195	-
<b>Mantidos até o vencimento</b>			
CVS	89.094	-	89.094
Cotas de fundos de invest. em participações.	1.328	1.328	-
<b>Total</b>	<b>1.024.617</b>	<b>935.523</b>	<b>89.094</b>

TVM para negociação e mantidos até o vencimento, a valor de mercado	Saldo		
	31.12.2019	Nível1	Nível2
<b>Para negociação</b>			
Letras financeiras do tesouro	860.740	860.740	-
<b>Mantidos até o vencimento</b>			
CVS	95.858	-	95.858
Cotas de fundos de invest. em participações	1.313	1.313	-
<b>Total</b>	<b>957.911</b>	<b>862.053</b>	<b>95.858</b>

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pelo Banco são as seguintes:

## Notas Explicativas

**Nível 1** – são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

**Nível 2** – são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

### e. Rendas com títulos e valores e mobiliários

Contas	2º Trim 2020	30.06.2020	2º Trim 2019	30.06.2019
Rendas de títulos de renda fixa	7.513	17.415	12.787	25.184
Rendas com cotas de fundos de investimento	7	45	19	36
Ajustes positivos (negativos) ao valor de mercado TVM	(121)	(347)	45	(848)
<b>Total</b>	<b>7.399</b>	<b>17.113</b>	<b>12.851</b>	<b>24.372</b>

## 6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Contas	30.06.2020	31.12.2019
Direitos junto à participação de sistemas de liquidação	10.858	-
Reservas compulsórias em espécie – BACEN (a)	109.442	187.076
Recolhimentos sobre depósitos de poupança – BACEN	238.565	231.422
SFH – Créditos junto ao FCVS (b)	64.204	62.841
Depósitos compulsórios – Crédito rural Res. BACEN nº 3.310/2005	18.020	100.089
<b>Total</b>	<b>441.089</b>	<b>581.428</b>
<b>Circulante</b>	<b>376.885</b>	<b>518.587</b>
<b>Realizável em longo prazo</b>	<b>64.204</b>	<b>62.841</b>

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, basicamente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, com exceção dos decorrentes de depósitos à vista que não são remunerados.

(b) Os créditos vinculados ao SFH correspondem aos valores residuais de contratos encerrados, habilitados e homologados pela Caixa Econômica Federal

## Notas Explicativas

(CEF) e em processo de emissão dos títulos CVS pela STN. O Banco possui, na carteira de FCVS, o montante de R\$ 64.204 em 30 de junho de 2020 (R\$ 62.841 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente, esses contratos rendem juros de 3,12% e 6,17% ao ano, acrescidos de atualização monetária de acordo com a variação da Taxa de Referência (TR). Esses créditos têm seus saldos mensurados pelos valores efetivamente reconhecidos pela CEF.

### 7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

#### 7.1. Composição da carteira com característica de concessão de crédito

##### a. Por tipo de Operação

	30.06.2020	31.12.2019
<b>Operações de Crédito</b>	<b>5.854.348</b>	<b>5.336.201</b>
Adiantamentos a Depositantes	944	165
Empréstimos	5.840.349	5.329.439
Outros Financiamentos	296	334
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.331	6.263
Financiamentos Imobiliários	6.428	-
<b>Outras rubricas</b>	<b>43.425</b>	<b>47.279</b>
Títulos e Créditos a receber	39.609	43.712
Operações de Câmbio	3.816	3.567
<b>Total da Carteira de Crédito</b>	<b>5.897.773</b>	<b>5.383.480</b>
<b>(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)</b>	<b>(135.424)</b>	<b>(146.418)</b>
Provisões constituídas	(134.146)	(145.246)
Outros Créditos (Nota 8)	(1.278)	(1.172)
<b>Total da Carteira de Crédito Líquido de Provisões</b>	<b>5.762.349</b>	<b>5.237.062</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.802.647</b>	<b>1.665.576</b>
<b>Realizável em longo prazo</b>	<b>3.959.703</b>	<b>3.571.486</b>

##### b. Composição por segmento e tipo de pessoa

Produtos	30.06.2020	31.12.2019
<b>Pessoa Física</b>	<b>5.867.619</b>	<b>5.372.548</b>
Consignados	4.478.488	4.167.961
Banparacard	1.161.697	1.019.311
Cheque especial	1.100	1.128
Cartão de crédito	12.916	12.790
Sazonais	56.914	1.073
Outros	156.504	170.285
<b>Pessoa Jurídica</b>	<b>30.154</b>	<b>10.932</b>
Cheque empresarial	2.076	1.890
Capital de Giro	21.602	4.590
Outros	6.476	4.452
<b>Total</b>	<b>5.897.773</b>	<b>5.383.480</b>

## Notas Explicativas

### c. Por faixas de vencimento e nível de risco

	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30.06.2020	31.12.2019
<b>Parcelas Vincendas</b>	<b>3.066.207</b>	<b>2.586.071</b>	<b>13.055</b>	<b>31.618</b>	<b>45.039</b>	<b>13.685</b>	<b>13.749</b>	<b>13.707</b>	<b>60.723</b>	<b>5.843.854</b>	<b>5.332.957</b>
Até 30 dias	81.797	116.954	2.017	2.581	2.622	1.414	1.592	838	3.827	213.642	198.795
31 a 60 dias	32.522	42.662	1.471	1.154	1.666	719	729	421	1.876	83.220	185.864
61 a 90 dias	74.810	98.404	1.116	4.592	1.729	907	750	557	2.559	185.424	172.072
91 a 180 dias	242.655	282.050	2.389	3.982	4.176	2.236	1.931	2.385	6.650	548.454	364.788
181 a 360 dias	366.875	396.099	2.577	4.852	8.789	2.259	2.271	2.793	10.042	796.557	769.175
Acima de 360 dias	2.267.548	1.649.902	3.485	14.457	26.057	6.150	6.476	6.713	35.769	4.016.557	3.642.264
<b>Parcelas Vencidas</b>	<b>536</b>	<b>5.480</b>	<b>792</b>	<b>2.336</b>	<b>2.699</b>	<b>4.118</b>	<b>4.450</b>	<b>5.711</b>	<b>27.797</b>	<b>53.919</b>	<b>50.523</b>
Até 14 dias	536	5.480	66	1.017	537	530	876	1.944	1.167	12.153	12.911
15 a 30 dias	-	-	726	349	254	103	96	56	237	1.821	2.658
31 a 60 dias	-	-	-	970	651	969	596	485	1.971	5.642	5.475
61 a 90 dias	-	-	-	-	1.257	1.045	657	542	2.126	5.627	4.933
91 a 180 dias	-	-	-	-	-	1.471	2.225	2.684	7.655	14.035	12.572
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	14.641	14.641	11.471
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	504
<b>TOTAL EM 30.06.2020</b>	<b>3.066.743</b>	<b>2.591.551</b>	<b>13.847</b>	<b>33.954</b>	<b>47.738</b>	<b>17.803</b>	<b>18.199</b>	<b>19.418</b>	<b>88.520</b>	<b>5.897.773</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL EM 31.12.2019</b>	<b>-</b>	<b>5.167.784</b>	<b>15.922</b>	<b>26.624</b>	<b>31.517</b>	<b>12.099</b>	<b>22.087</b>	<b>18.840</b>	<b>88.608</b>	<b>-</b>	<b>5.383.480</b>

### d. Por Setores de Atividade

Setores	30.06.2020		31.12.2019	
	Valor	%	Valor	%
Varejo Pessoas Físicas	5.861.511	99,39	5.366.296	99,68
Varejo Pessoas Jurídicas	29.637	0,50	10.587	0,20
Rural - Pessoa Física e Jurídica	6.331	0,11	6.263	0,12
Fomento - Pessoa Jurídica	294	0,00	334	0,00
<b>Total</b>	<b>5.897.773</b>	<b>100,00</b>	<b>5.383.480</b>	<b>100,00</b>

### e. Concentração dos principais devedores

Relação	30.06.2020		31.12.2019	
	Valor	%	Valor	%
Principal devedor	9.199	0,16	3.567	0,07
10 maiores devedores	11.682	0,20	9.688	0,18
20 maiores devedores	16.445	0,28	14.528	0,27
50 maiores devedores	33.718	0,57	30.205	0,56
100 maiores devedores	56.091	0,95	51.608	0,96
Demais devedores	5.770.638	97,84	5.273.884	97,96
<b>Total</b>	<b>5.897.773</b>	<b>100,00</b>	<b>5.383.480</b>	<b>100,00</b>

## Notas Explicativas

### 7.2. Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As operações de crédito estão classificadas em ordem crescente de risco e, com base nessa classificação, constituiu-se provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito a taxas que variam entre 0% a 100%, em razão da classificação das operações por ordem de risco, cuja movimentação é demonstrada a seguir:

Contas	30.06.2020	31.12.2019
<b>Saldo no início do período</b>	<b>(145.246)</b>	<b>(136.243)</b>
Provisões constituídas	(225.246)	(386.590)
Reversões de provisões	189.198	289.398
Valores baixados ou compensados com créditos	47.148	88.189
<b>Saldo final do período</b>	<b>(134.146)</b>	<b>(145.246)</b>
<b>Outros créditos - Saldo no início do período</b>	<b>(1.172)</b>	<b>(938)</b>
Provisões constituídas	(3.888)	(4.032)
Reversões de provisões	3.782	3.798
<b>Outros créditos - Saldo no final do período</b>	<b>(1.278)</b>	<b>(1.172)</b>
<b>Saldo final do período</b>	<b>(135.424)</b>	<b>(146.418)</b>
<b>Circulante</b>	<b>(78.567)</b>	<b>(75.639)</b>
<b>Realizável em longo prazo</b>	<b>(56.857)</b>	<b>(70.779)</b>

O Banco do Estado do Pará implantou, com base na Resolução 2.682/1999, a classificação no nível de risco AA, como resultado de um estudo que observou a janela temporal de dezembro de 2018 a dezembro de 2019, tendo como público o alvo os clientes pessoa física com baixíssimo risco de crédito. O estudo foi concluído em 28 de fevereiro de 2020 e implantado no mês de maio de 2020 após as alterações sistêmicas necessárias.

O Banpará adotando esta classificação, deixa de efetuar as provisões para operações de crédito sobre esta classe de risco, ocasionando, no mês inicial de implantação, uma reversão de R\$ 15 milhões na provisão, gerando um efeito líquido no resultado de R\$ 8 milhões, devido a reversão de aproximadamente R\$ 6 milhões no saldo do crédito tributário.

## Notas Explicativas

### 7.3. Movimentação da Carteira de Renegociação

Contas	30.06.2020	31.12.2019
<b>Saldo no início do período</b>	<b>99.569</b>	<b>115.698</b>
Renegociação	22.595	68.042
Recebimentos	(30.823)	(76.651)
Baixas	(3.687)	(7.520)
<b>Saldo final do período</b>	<b>87.654</b>	<b>99.569</b>
<b>Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito</b>	<b>40.921</b>	<b>44.491</b>
<b>Percentual de Provisionamento da Carteira de Renegociação</b>	<b>46,68%</b>	<b>44,68%</b>

### 7.4. Rendas de Operações de Crédito

Contas	2º Trim 2020	30.06.2020	2º Trim2019	30.06.2019
Adiantamento a depositante	48	254	50	102
Empréstimo	354.719	703.977	375.749	735.673
Financiamento com interveniência	6	17	13	23
Recuperação de crédito baixa do como prejuízo	7.894	22.211	9.766	17.161
Financiamentos rurais	53	120	212	349
Financiamentos e empreendimentos imobiliários	27	37	11	22
<b>Total</b>	<b>362.747</b>	<b>726.616</b>	<b>385.801</b>	<b>753.330</b>

### 8. Outros Créditos

Contas	30.06.2020	31.12.2019
<b>Carteira de câmbio</b>	<b>4.906</b>	<b>3.569</b>
<b>Créditos a receber</b>	<b>3.785</b>	<b>2.875</b>
Serviços prestados a receber	3.645	2.716
Serviços prestados em arranjo de pagamento	140	159
<b>Créditos diversos</b>	<b>405.810</b>	<b>401.644</b>
Adiantamento e antecipações salariais	12.526	4.906
Adiantamento para pagamento	153.035	151.702
Devedores por depósitos em garantia (a)	85.336	86.907
Imposto e contribuições a compensar	79.034	79.047
Pagamentos a ressarcir	1.361	1.183
Título e crédito a receber sem característica de concessão	5.450	6.892
Valores a receber a título de transações de pagamento (b) (Nota 7.1)	39.608	43.712
Devedores diversos – País (c)	29.460	27.295
<b>(Prov. p/ perdas esper. assoc. ao risco de crédito)</b>	<b>(4.508)</b>	<b>(3.326)</b>
Com característica de concessão de crédito (7.2)	(1.278)	(1.172)
Sem característica de concessão de crédito (d)	(3.230)	(2.154)
<b>Total</b>	<b>409.993</b>	<b>404.762</b>

## Notas Explicativas

(a) Os saldos de devedores por depósitos em garantia estão relacionados aos questionamentos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal.

(b) O saldo de valores a receber relativos a transações de pagamento totalizam o valor de R\$ 39.608 em 30 de junho de 2020 (R\$ 43.712 em 31 de dezembro de 2019) e estão assim distribuídos:

Contas	30.06.2020	31.12.2019
<b>BANPARÁ Mastercard</b>	<b>35.289</b>	<b>38.788</b>
Valores a faturar	5.311	6.107
Faturados a receber	10.698	10.402
Parcelado Lojista a Agendar Bandeira	19.280	22.279
<b>Cartão BANPARÁ</b>	<b>4.319</b>	<b>4.924</b>
Parcelado sem juros	4.319	4.924
<b>Total</b>	<b>39.608</b>	<b>43.712</b>

(c) O montante de devedores diversos totaliza R\$ 29.460 em 30 de junho de 2020 (R\$ 27.295 em 31 de dezembro de 2019), registrado principalmente pelos valores correspondentes às parcelas de empréstimos consignados, cujas liquidações ocorrem na primeira quinzena do mês subsequente, com o repasse dos órgãos consignantes.

(d) O saldo de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito sem característica de concessão somam o valor de R\$ 3.230 em 30 de junho de 2020 (R\$ 2.154 em 31 de dezembro de 2019).

Contas	30.06.2020	31.12.2019
<b>Saldo no início do período</b>	<b>(2.154)</b>	<b>(7.771)</b>
Provisões constituídas	(3.088)	(5.565)
Reversões de provisões	2.012	11.182
<b>Saldo final do período</b>	<b>(3.230)</b>	<b>(2.154)</b>

## Notas Explicativas

### 9. IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

A Administração entende que não há evidências de que esses bens estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda.

O intangível é composto basicamente por *softwares*, os quais são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada em 20% ao ano, a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Imobilizado de Uso	Imobilizações em cursos	Imóveis em uso	Móveis e Equip. de Uso	Sistema de comunicação	Sist. Proc. Dados e Equipam.	Sistema de segurança	Sistema de transporte	Total
Custo	11.490	56.045	20.828	9.068	100.616	10.146	170	208.363
Depreciação Acumulada	-	(34.920)	(10.973)	(3.785)	(74.777)	(5.239)	(170)	(129.864)
<b>Líquido 31.12.2019</b>	<b>11.490</b>	<b>21.125</b>	<b>9.855</b>	<b>5.283</b>	<b>25.839</b>	<b>4.907</b>	-	<b>78.499</b>
Aquisições	380	-	343	423	411	9	-	1.566
Alienações - Custo	(165)	-	(29)	(8)	(193)	(88)	-	(483)
Alienações - Depreciação	-	-	21	4	187	68	-	280
Depreciação	-	(593)	(864)	(440)	(4.449)	(443)	-	(6.789)
Transferências	(730)	730	-	-	-	-	-	-
<b>Movimentação Líquida</b>	<b>(515)</b>	<b>137</b>	<b>(529)</b>	<b>(21)</b>	<b>(4.044)</b>	<b>(454)</b>	-	<b>(5.426)</b>
Custo	10.975	56.775	21.142	9.483	100.834	10.067	170	209.446
Depreciação Acumulada	-	(35.513)	(11.816)	(4.221)	(79.039)	(5.614)	(170)	(136.373)
<b>Líquido 30.06.2020</b>	<b>10.975</b>	<b>21.262</b>	<b>9.326</b>	<b>5.262</b>	<b>21.795</b>	<b>4.453</b>	-	<b>73.073</b>

Intangível	Intangível/Software	Intangível em curso	Total
Custo	96.065	62.769	158.834
Amortização Acumulada	(39.014)	-	(39.014)
<b>Líquido 31.12.2019</b>	<b>57.051</b>	<b>62.769</b>	<b>119.820</b>
Aquisições	8.655	6.781	15.436
Alienações - Custo	(3.777)	-	(3.777)
Alienações - Depreciação	3.777	-	3.777
Amortização	(10.212)	-	(10.212)
Transferências	31.504	(31.504)	-
<b>Movimentação Líquida</b>	<b>29.947</b>	<b>(24.723)</b>	<b>5.224</b>
Custo	132.447	38.046	170.493
Depreciação Acumulada	(45.449)	-	(45.449)
<b>Líquido 30.06.2020</b>	<b>86.998</b>	<b>38.046</b>	<b>125.044</b>

## Notas Explicativas

### 10. DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO

#### 10.1. Depósitos

##### a. Composição por tipo de depósito

Contas	30.06.2020	31.12.2019
<b>Circulante</b>	<b>5.705.479</b>	<b>4.182.575</b>
<b>Depósitos à vista</b>	<b>1.030.903</b>	<b>882.529</b>
Depósitos do público	269.400	257.338
Depósitos de instituições financeiras	437	420
Depósitos vinculados	11.757	3.714
Depósitos de Governo	749.309	621.057
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>3.189.263</b>	<b>1.953.250</b>
<b>Depósitos de poupança</b>	<b>1.239.817</b>	<b>1.154.877</b>
<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>245.496</b>	<b>191.919</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>1.842.651</b>	<b>1.748.735</b>
Depósitos a prazo	1.842.651	1.748.735
<b>Total</b>	<b>7.548.130</b>	<b>5.931.310</b>

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os depósitos de poupança foram atualizados pela variação da TR e acrescidos de juros de 6% ao ano quando a SELIC for maior que 8,5% ao ano, ou por 70% da SELIC + TR quando a SELIC for menor que 8,5% ao ano; os depósitos a prazo são remunerados a taxa do CDI com vencimentos de 60, 180, 360 e acima de 360 dias.

O Banco mantém com o Banco Cooperativo do Brasil – BANCOOB, Banco do Estado de Sergipe – BANESE, Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES e Banco Cooperativo SICREDI S.A – SICREDI um acordo de compensação e liquidação de obrigações, no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, ao amparo da Resolução CMN nº 3.263, de 24 de fevereiro de 2005, e do artigo 30 da Medida Provisória nº 2.192/70, de 24 de agosto de 2001.

## Notas Explicativas

### b. Composição dos depósitos por vencimentos

Vencimento	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.2020	31.12.2019
Sem vencimento	1.030.903	996	-	1.239.817	2.271.716	2.038.620
Até 30 dias	-	37.376	195.303	-	232.679	57.111
De 31 a 60 dias	-	34.573	-	-	34.573	77.968
De 61 a 90 dias	-	43.887	-	-	43.887	57.062
De 91 a 180 dias	-	271.762	-	-	271.762	405.877
De 181 a 360 dias	-	2.800.669	50.193	-	2.850.862	1.545.937
Acima de 360 dias	-	1.842.651	-	-	1.842.651	1.748.735
<b>Total</b>	<b>1.030.903</b>	<b>5.031.914</b>	<b>245.496</b>	<b>1.239.817</b>	<b>7.548.130</b>	<b>5.931.310</b>

### c. Composição por segmento de mercado

Composição	À vista	A prazo	Interfinanceiros	Poupança	30.06.2020	31.12.2019
Sociedades ligadas	705.305	2.677.945	-	-	3.383.250	2.134.448
Pessoas físicas	179.521	1.121.806	-	1.208.146	2.509.473	2.290.763
Invest. Institucionais	-	2.000	-	-	2.000	2.008
Instituição Financeira	437	-	245.496	-	245.933	192.339
Pessoas jurídicas	94.259	1.012.247	-	31.671	1.138.177	1.112.517
Governo municipal	49.828	217.916	-	-	267.744	196.476
Outros	1.553	-	-	-	1.553	2.759
<b>Total</b>	<b>1.030.903</b>	<b>5.031.914</b>	<b>245.496</b>	<b>1.239.817</b>	<b>7.548.130</b>	<b>5.931.310</b>

### d. Captação no mercado aberto

Obrigações sobre valores tomados no mercado em curto prazo, lastreado por títulos da carteira própria e terceiros, composto da seguinte forma:

Letras Financeiras do Tesouro	30.06.2020	31.12.2019
Recompras a Liquidar - Carteira Própria	46.006	449.156
Recompras a Liquidar - Carteira de Terceiros	-	500.222
<b>Total</b>	<b>46.006</b>	<b>949.378</b>

Devido a à alta liquidez apresentada no 1º semestre de 2020, pelo Banco do Estado do Pará, as operações compromissadas sofreram redução, ou seja, não houve a necessidade de captação de letras financeiras do tesouro junto ao mercado.

## Notas Explicativas

### e. Despesas de captação

	2º Trim 2020	30.06.2020	2º Trim 2019	30.06.2019
Depósitos de poupança	(7.291)	(15.784)	(10.396)	(20.695)
Depósitos interfinanceiros	(1.629)	(3.577)	(4.354)	(9.041)
Depósitos aprazo	(28.764)	(68.294)	(54.844)	(100.004)
Depósitos judiciais	(14)	(28)	(13)	(26)
Operações compromissadas – Carteira própria e Terceiros	(2.875)	(7.588)	(4.212)	(9.601)
Letras financeiras	(2.003)	(4.708)	(4.294)	(7.468)
Fundo Garantidor de Créditos (FGC)	(2.076)	(4.048)	(1.708)	(3.269)
<b>Total</b>	<b>(44.652)</b>	<b>(104.027)</b>	<b>(79.821)</b>	<b>(150.104)</b>

### 11. EMISSÃO DE TÍTULOS

	30.06.2020	31.12.2019
<b>Circulante</b>	<b>208.082</b>	<b>103.067</b>
Recursos de Letras Financeiras	208.082	103.067
<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>43.777</b>	<b>135.722</b>
Recursos de Letras Financeiras	43.777	135.722
<b>Total</b>	<b>251.859</b>	<b>238.789</b>

### 12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações	30.06.2020	31.12.2019
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	30.805	6.157
Sociais e estatutárias	244	50.414
Fiscais e previdenciárias	45.759	22.259
Cheque administrativo	220	1.522
Obrigações por convênios	11.547	10.440
Passivo para risco - Tributário	7.304	7.182
Obrigações por prestação de serviços	31.543	24.234
Provisão para pagamentos a efetuar (a)	84.966	78.922
Credores diversos – País (b)	7.699	2.498
Passivos para risco – Trabalhista	34.786	36.759
Passivo para risco – Cível	14.552	14.536
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	116	114
Obrigações por Transações de Pagamento	5.978	6.841
Obrigações por Serviços de Instituidores de Arranjo	279	178
Obrigações p/Fundos Finac. Desenv.	198	-
<b>Total</b>	<b>275.996</b>	<b>262.056</b>

(a) As principais provisões constituídas no período que compõem o saldo da rubrica “Provisões para pagamentos a efetuar” são:

## Notas Explicativas

Contas	30.06.2020	31.12.2019
Provisão com Pessoal	37.048	30.048
Provisão com PLR	20.818	19.643
Provisão para outras despesas administrativas	25.680	28.031
Outros	1.420	1.200
<b>Total</b>	<b>84.966</b>	<b>78.922</b>

(b) O montante de credores diversos totaliza R\$ 7.699 em 30 de junho de 2020 (R\$ 2.498 em 31 de dezembro de 2019), registrado principalmente pelos saldos de contas transitórias.

### 13. PROVISÃO PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS.

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos, envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

**Provisões cíveis:** O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente a indenização material e/ou moral, acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável, são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 30 de junho de 2020 é R\$ 14.551 (R\$ 14.536 em 31 de dezembro de 2019).

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 39.892 em 30 de junho de 2020 (R\$ 36.449 em 31 de dezembro de 2019) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

## Notas Explicativas

**Provisões trabalhistas:** São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 34.785 em 30 de junho de 2020 (R\$ 36.759 em 31 de dezembro de 2019).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 10.143 em 30 de junho de 2020 (R\$ 10.543 em 31 de dezembro de 2019), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

**Provisões tributárias:** O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médios e longos prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 30 de junho de 2020 é R\$ 7.304 (R\$ 7.182 em 31 de dezembro de 2019).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 18.770 em 30 de junho de 2020 e 31 dezembro de 2019.

A Administração entende que os valores provisionados são suficientes para atendimento de eventuais perdas decorrentes das demandas judiciais.

### Movimentação das provisões para passivos contingentes

	30.06.2020			31.12.2019		
	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias	Trabalhista	Cível	Fiscais e Previdenciárias
<b>No início do Período</b>	<b>36.759</b>	<b>14.536</b>	<b>7.182</b>	<b>77.844</b>	<b>7.532</b>	<b>4.653</b>
Atualização monetária	3.319	974	122	9.799	4.962	2.529
Constituições	2.926	173	-	16.404	5.975	-
Reversões	(3.622)	(994)	-	(9.722)	(2.542)	-
Pagamentos	(4.597)	(138)	-	(57.566)	(1.391)	-
<b>No final do Período</b>	<b>34.785</b>	<b>14.551</b>	<b>7.304</b>	<b>36.759</b>	<b>14.536</b>	<b>7.182</b>

## Notas Explicativas

Abaixo, demonstramos a quantidade de ações e os depósitos judiciais a elas referentes:

Ações	30.06.2020		31.12.2019	
	Qt. de ações	Dep. Jud. (R\$)	Qt. de ações	Dep. Jud. (R\$)
Cíveis	2.797	15.444	2.869	13.926
Trabalhistas	474	14.803	462	18.839
Tributárias	28	54.930	28	53.985
<b>Total</b>	<b>3.299</b>	<b>85.177</b>	<b>3.359</b>	<b>86.750</b>

### 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 14.1. Capital Social

O Capital Social, subscrito e integralizado, está representado em 9.521.649 ações ordinárias nominativas, escriturais, sem valor nominal, todas de domiciliados no País e com direito a voto. O quadro abaixo indica a quantidade de ações detidas pelos acionistas do Banco:

Acionista	30.06.2020		31.12.2019	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado do Pará	9.519.433	99,977	9.519.433	99,977
Caixa de Prev. e Assist. aos Func. do Banpará	755	0,008	755	0,008
Administradores	133	0,001	9	0,000
Demais Acionistas	1.328	0,014	1.452	0,015
<b>Total</b>	<b>9.521.649</b>	<b>100,000</b>	<b>9.521.649</b>	<b>100,000</b>

#### Ações em circulação

O quadro abaixo indica a quantidade de ações emitidas pelo BANPARÁ, em circulação.

Espécie e Classe de Ação	Ações não em circulação <sup>1</sup>	Ações em circulação <sup>2</sup>	Total de Ações	% Ações em circulação
ON	9.519.566	2.083	9.521.649	0,022

(1) compreende ações de titularidade do Estado do Pará e dos Administradores do BANPARÁ.

(2) totais de ações emitidas pelo BANPARÁ, excetuadas aquelas identificadas na opção 1, acima. Em 30 de junho de 2020 as ações em circulação totalizavam 2.083.

## Notas Explicativas

### 14.2. Dividendos/Juros sobre capital próprio

---

O Banco adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Por conseguinte, em conformidade com o capítulo VII do Estatuto Social e Política de distribuição de dividendos, o Banco distribui dividendos obrigatórios ao final do exercício, podendo no intervalo, distribuir dividendos intermediários e/ou intercalares.

### 15. GESTÃO DE RISCO

---

#### **Gestão de Risco Financeiro e de Capital**

No que diz respeito à Gestão de Risco Financeiro e de Capital e à Gestão Integrada de Riscos, o Banco desenvolve suas atividades de acordo com recomendações do Comitê de Basileia, alinhada às boas práticas de mercado, utilizando como parâmetro o contínuo aprimoramento dos processos, das políticas e dos sistemas informatizados, visando sempre à convergência aos objetivos estratégicos do Banco.

A adequada gestão de risco torna-se ainda mais imprescindível na atualidade, pois em 11 de março de 2020 a Organização Mundial da Saúde decretou que a propagação do novo coronavírus elevou-se ao status de pandemia, ressaltando a necessidade de desenvolvimento de estratégias para o tratamento adequado na contenção do avanço das contaminações e na manutenção das atividades essenciais.

Desde então, a Superintendência de Risco Financeiro está reportando diariamente aos Órgãos de Governança do Banpará todas as posições de risco assumidas pelo Banco para os riscos de mercado, crédito e liquidez e ainda gerenciamento de capital, para que sejam tomadas decisões tempestivas.

## Notas Explicativas

### **Risco de Crédito:**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, bem como à desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador.

Para identificar, mensurar, monitorar, controlar e mitigar o Banpará estabelece os seguintes procedimentos:

- (a) realiza a avaliação e a reavaliação de risco de crédito, do cliente e da operação na concessão de crédito, por meio do Sistema de Avaliação de Risco Crédito de modo a não comprometer a qualidade da carteira de crédito. Além disso, visa reduzir a subjetividade na avaliação de risco, tendo por base a utilização de parâmetros e modelagens previamente definidos;
- (b) reporte tempestivo a alta Administração e demais áreas envolvidas no processo creditício das posições assumidas pelo Banco no que se refere ao risco de crédito, por meio de relatórios gerenciais que retratam as fontes relevantes de exposição ao risco de crédito;
- (c) interação com áreas de negócio do Banco no intuito de obter subsídios que possam contribuir para a melhoria da qualidade do risco de crédito dos instrumentos financeiros;
- (d) realiza cálculos dos testes de estresse, além da simulação direta da degradação da qualidade da carteira, modelos que possam envolver possíveis eventos ou alterações futuras nas condições macroeconômicas que sejam capazes de gerar efeitos desfavoráveis nas exposições em risco de crédito, tais como: deterioração nas atividades econômicas (aspectos macroeconômicos e setoriais), aumento nos índices de inadimplência, eventos de risco de mercado e deterioração das condições de liquidez.

### **Risco de Mercado:**

Define-se o risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, conforme Resolução CMN nº 4.557/2017 e alterações. O Risco de

## Notas Explicativas

Mercado origina-se da variação no valor dos ativos e passivos, causada por mudanças nos preços e taxas de mercado (estando inclusos juros, índice de preços, ações, ouro, cotações de moedas estrangeiras e preços de mercadorias - commodities), mudanças na correlação (interação) entre eles e nas suas volatilidades. Para identificar e mensurar as posições que expõem a Instituição ao risco de mercado, é calculado e monitorado diariamente o *VaR (Value at Risk)* global e por tipo de carteira (bancária e negociação), fazendo uso da metodologia EWMA (*Exponentially Weighted Moving Average*), para o horizonte de 1 du, com 95% de confiança. A comprovação da aderência do modelo é realizada mensalmente pela técnica de *Backtesting Tunneling*, comparando as projeções com os resultados já obtidos pelo conceito de túnel (amostra 252 du). Para a validação do modelo é esperado que o percentual de erro não exceda 10% da amostra histórica.

Devido à crise econômica ocorrida por conta da pandemia por Covid-19, teve-se um aumento considerável na volatilidade das taxas, o que ocasionou majoração, acima do limite de 5% do patrimônio de referência, do *VaR* proprietário, *VaR* da carteira bancária e *VaR* das operações prefixadas. Tais posições estão sendo acompanhadas e informadas diariamente aos Órgãos de Governança.

Conforme descrito no Plano de Contingência de Risco de Mercado, foram analisadas também outras posições, contudo não foi identificado impacto em outros limitadores, diante disso, o Banco permanece atento em seu monitoramento para, se for o caso, acionar as ações mitigatórias e retificadoras para reduzir a exposição ao risco de mercado.

### **Análise de Sensibilidade:**

O Banpará acompanha o risco de taxas de juros para as carteiras de negociação e bancária, com estimativas da variação no valor de mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência, utilizando a aplicação de choque nas curvas de juros. O Banpará classifica suas operações da seguinte forma:

- (a) classificados na carteira de negociação: compostas por recursos de tesouraria negociados com compromisso de revenda e de recompra, lastreados em Títulos Públicos Federais (TPF); aplicações em cotas de fundos de investimento abertos e

## Notas Explicativas

exclusivos; TPF; títulos privados não classificados na modalidade mantidos até o vencimento e operações de câmbio (spot);

(b) classificados na carteira bancária: constituída por operações de crédito comercial mantida até o vencimento; operações de captação de recursos e todas as demais operações do Banco sujeitas ao risco de mercado, inclusive títulos públicos federais e títulos privados não classificados na carteira de negociação, serão classificados na carteira bancária, desde que observados o nível de liquidez do Banco. Os títulos públicos e privados de baixa liquidez como CVS, CRIs e CCBs serão normalmente classificados na carteira bancária.

A análise de sensibilidade é realizada de forma segregada e por tipo carteira, contudo existem operações que não fazem parte do cálculo, pelo fato do indexador não gerar exposição a risco de mercado ou pelo fato da exposição não representar 5% do total das exposições bancárias, tais quais as operações em moedas estrangeiras (spot) e as de financiamento à exportação. Os métodos e premissas usadas na preparação da análise de sensibilidade são:

**Cenário 1** - Para a carteira bancária os choques foram determinados a partir da diferença de taxas nos vértices 252 du e 1 du, tanto para a curva da taxa Pré como da curva taxa TR. Os Choques utilizados para o fator Pré e TR foram de 22 Bp. Para a carteira de negociação, considerou-se os vencimentos das operações compromissadas, logo os choques para a carteira de negociação foram definidos a partir da diferença entre a curva da taxa Pré 21 du e 1 du, porém não houve mudança, mantendo-se a mesma taxa;

**Cenário 2** - A partir do cenário base, aplicou-se o percentual de 25% na curva da taxa de vértice mais longo (252 du para carteira bancária e 21 du para carteira de negociação), deteriorando-se desta forma o cenário base em 25%. Foram aplicados os choques para carteira bancária de 81 Bp para o fator de risco Pré e TR. Para a carteira de negociação aplicou-se um choque de 54 Bp no fator de risco Pré;

**Cenário 3** - A partir do cenário base, aplicou-se o percentual de 50% na curva da taxa de vértice mais longo (252 du para carteira bancária e 21 du para carteira de negociação), deteriorando-se desta forma o cenário base em 50%. Para a carteira

## Notas Explicativas

bancária foram aplicados choques de 141 Bp no fator de risco Pré e 140 Bp para o fator de risco TR. Para a carteira de negociação, o choque aplicado foi de 106 Bp no fator de risco Pré.

A indicação Bp ou base points equivale a pontos centesimais de percentual, ou seja, 100 base points equivalem a 1%.

Segue abaixo resultado da aplicação dos choques nas carteiras:

			30.06.2020			30.06.2019		
Patrimônio de Referência			1.280.512			1.171.444		
Carteira	Fator de Risco	Conceito	Cenários (Mil)			Cenários (Mil)		
			1	2	3	1	2	3
Negociação	Pré	Exposições sujeitas às variações das taxas de juros prefixadas e cupons de taxas de juros.	-	-19	-38	-	-750	-1.479
Bancária	Pré	Exposições sujeitas a variações das taxas de juros.	-61.073	-220.888	-377.695	120.608	-164.226	-427.634
	TR	Exposições sujeitas a variação da taxa referencial	11.525	41.734	70.956	1.942	-2.630	-6.810

O quadro acima demonstra o ganho ou perda no valor de mercado das operações por tipo de carteira, considerando os fatores de riscos Pré e TR. Conjugando o quadro acima com as características de negócio da Instituição, pode-se afirmar que mesmo nos cenários em que as variações das curvas de juros possam gerar elevadas reduções no valor de mercado das suas posições, a exemplo do cenário 3 para carteira bancária Pré, a Instituição possui processo de gestão de riscos contínuo e integrado, alinhado aos princípios da Resolução CMN nº 4.557/17, aos princípios do acordo de Basileia e às melhores práticas adotadas pela indústria financeira, sempre promovendo ações proativas a fim de minimizar eventos de grandes impactos.

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio das políticas institucionais de controles, pelo estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições.

### Risco de Liquidez:

Com a finalidade de identificar o risco de liquidez, de forma prospectiva, o Banpará, em conformidade com a Resolução CMN n.º 4.557/2017 e suas alterações posterior

## Notas Explicativas

e se a Política Institucional de Gerenciamento de Risco de Liquidez, utiliza cenários antecipatórios aos riscos, que permitem gerenciar de forma efetiva e prudente o risco de liquidez, administrando a capacidade de pagamento da Instituição, os limites de risco se a otimização dos recursos disponíveis.

Nos cenários prospectivos são consideradas situações normais e atípicas de estresses financeiros severos, capazes de determinar eventuais impactos na condição de liquidez do Banpará e diante dos efeitos gerados pela pandemia do Covid-19, foram avaliados ainda, cenários que consideraram aumento da inadimplência, postergação de parcelas de empréstimos, resgates de passivos e redução de repasses.

As projeções no fluxo de caixa da Instituição são realizadas para 90 dias úteis, que permitem avaliar a prospecção quanto aos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações, com intuito de identificar situações que possam comprometer a liquidez da Instituição, levando em consideração tanto o seu planejamento estratégico quanto as condições de mercado. Dessa forma, as posições de liquidez que possam influenciar na composição da margem são informadas aos Órgãos de Governança tempestivamente via relatórios.

### **Gerenciamento de Capital:**

O Gerenciamento de capital é definido pela Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017 como processo contínuo:

- (a) monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- (b) avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta; e
- (c) planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

## Notas Explicativas

### **Estrutura de Gerenciamento de Capital**

A estrutura de gerenciamento de capital do Banco do Estado do Pará realiza o monitoramento e controle de capital adotando uma postura prospectiva, de forma a antever cenários e antecipar a necessidade de capital, em função de possíveis mudanças nas condições de mercado e/ou estratégias de negócio, permitindo assim, um gerenciamento contínuo e integrado do capital, atendendo às recomendações do Comitê de Basileia, assim os órgãos reguladores. Buscando esse objetivo, o gerenciamento de capital mantém uma equipe profissional com conhecimento, capacidade e experiência necessários para execução de suas atividades.

O gerenciamento de capital é um processo que engloba atividades conjuntas desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Riscos Estatutário, pela Diretoria de Controle, Risco e Relações com Investidores – DICRI, pelo Comitê de Planejamento Estratégico, pelo Núcleo de Planejamento Estratégico e Estudos Econômicos - NUPLE, pela Superintendência de Gestão de Risco Financeiro – SURIS, e por todas demais unidades envolvidas no processo.

Dentre os documentos que compõem o ambiente de gestão e os processos inerentes à estrutura de gerenciamento de capital do Banpará, destacam-se:

- (a) Políticas e estratégias que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pelo Banco;
- (b) Plano de Capital abrangendo o horizonte de cinco anos;
- (c) Programa de Testes de Estresse;
- (d) Plano de Contingência de Capital;
- (e) Relatórios gerenciais periódicos (mensais, trimestrais e anuais) sobre a adequação do capital e das parcelas que compõem os Ativos Ponderados pelo Risco - RWA.

Os processos, procedimentos e sistemas para o gerenciamento de capital, bem como o plano de capital, são reavaliados, no máximo, anualmente.

## Notas Explicativas

### Análise de Resultado de Capital

O Índice de Basileia do Banpará atingiu 22,13% em 30 de junho de 2020. Quando comparado ao índice apurado no mesmo período do ano anterior, apresentou redução de 9,74%, ocasionado principalmente pelo aumento em 23,82% (aprox. R\$ 1,138 bilhões), da exposição da parcela dos ativos ponderados pelo risco – RWA, influenciado pelo aumento de R\$ 1,075 bilhões no RWACPAD, devido ao incremento das operações de crédito e também pelo aumento de R\$ 64 milhões na parcela do RWAOPAD (exposição ao risco operacional). O PR por sua vez aumentou 11,79% (cerca de R\$ 138 milhões).

ÍNDICE DE BASILEIA	30.06.2020	30.06.2019
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA - PR</b>	<b>1.309.616</b>	<b>1.171.444</b>
Nível I	1.309.616	1.171.444
Capital Principal	1.309.616	1.171.444
<b>ATIVOS PONDERADOS PELO RISCO - RWA</b>	<b>5.917.012</b>	<b>4.778.207</b>
Exposição ao Risco de Crédito - RWACPAD	5.269.890	4.195.196
Exposição ao Risco de Mercado - RWAMPAD	21.224	21.497
Exposição ao Risco de Variação da Taxa de Juros Prefixadas - RWAJUR1	1.961	6.744
Exposição ao Risco de Variação da Taxa dos Cupons de Moeda Estrangeira - RWAJUR3	1.986	3.228
Exposição ao Risco de Variação Cambial - RWACAM	16.783	10.400
Exposição ao Risco de Variação do Preço de Ações - RWAACS	494	1.125
Exposição ao Risco Operacional - RWAOPAD	625.898	561.514
Risco Banking - RBAN	128.945	89.705
Valor da Margem com PR	707.310	699.289
<b>ÍNDICE DE BASILEIA BANPARÁ - IB</b>	<b>22,13%</b>	<b>24,52%</b>
<b>ADICIONAL DE CAPITAL PRINCIPAL</b>	<b>30.06.2020</b>	<b>30.06.2019</b>
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	73.963	119.455

A Resolução CMN nº 4.783/20 que alterou os percentuais de ACP de Conservação (buffer), com o objetivo de ampliar a capacidade de concessão de crédito durante a pandemia do Covid-19, não afetaram o Gerenciamento de Capital do Banpará, uma vez que a margem sobre o Patrimônio de Referência, ou seja, a sobra para alavancagem, tem como parâmetro gerencial o limite de 15% de IB estabelecidos na Declaração de Apetite por Riscos, Política Institucional de Gerenciamento de Capital e Plano de Contingência de Capital e também porque, o Banpará permanece com o Índice de Basileia bem acima dos limites gerenciais e limites estabelecidos pelo BACEN.

## Notas Explicativas

Informações adicionais sobre processos de controle de riscos estão no sítio: [www.banpara.b.br](http://www.banpara.b.br), na rota: O BANPARA/ Relação com Investidores/ Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos.

### 16. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA E PLANO DE SAÚDE

---

#### 16.1. Plano de suplementação de aposentadoria

---

O Banco patrocina, em conjunto com seus empregados em atividade, planos de benefícios de aposentadoria e pensão para os empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de complementar e suplementar os benefícios pagos pelo sistema oficial da previdência social, cuja administração é efetuada atualmente pela Icatu Fundo Multipatrocinado, entidade fechada de previdência privada.

Em julho de 2002, a Secretaria de Previdência Complementar (SPC) aprovou o novo regulamento do plano de benefícios denominado Prev Renda, estruturados na modalidade de contribuição definida, contemplando os seguintes benefícios:

- (a) renda temporária - considerada como benefício programado, enquadrada na modalidade de contribuição definida; e
- (b) benefícios por morte e por invalidez do participante - considerados benefícios de risco, enquadrados na modalidade de benefício definido, percebidos de forma temporária.

Em dezembro de 2002, iniciou-se o processo de migração do plano com as características de benefício definido para o de contribuição definida, resultando que 96% do total dos participantes concordaram em aderir à migração para o novo plano de benefícios denominado Prev Renda.

## Notas Explicativas

### Plano de benefício de complementação de aposentadoria:

#### Plano Contribuição Definida - PREVRENDA

Plano de previdência complementar na modalidade de contribuição definida. Compõe-se de um segmento de contribuição definida puro, com vistas a proporcionar renda temporária (benefício programado), mediante a formação de poupanças individuais através de contribuições mensais do Banco e de cada participante. Por outro lado, o plano também assegura benefícios de risco, na forma de benefício definido, destinado a assegurar pecúlio por morte e por invalidez do participante.

O plano de contribuição definido é regido pelo regulamento do Plano Prev Renda, no qual estão todas as normas internas para o cálculo, a concessão e a manutenção dos benefícios, compostos pelos seguintes benefícios:

- (a) Renda temporária;
- (b) Benefícios por morte e por invalidez do participante ativo.
- (c) Benefícios por morte do participante em gozo de benefício;
- (d) Pecúlio por morte ou por invalidez.

Todos os benefícios são estruturados na modalidade de contribuição definida, sendo calculados como rendas temporárias tendo por base o saldo de contas e reajustados pela variação da quota, não havendo riscos de natureza financeira e biométrica, uma vez que os benefícios são reajustados na mesma medida da evolução patrimonial e as rendas são temporárias.

Para efeito de levantamento da obrigação atuarial do Banco em 30 de junho de 2020 foi utilizada a base cadastral referente ao mês 06/2020. Nesta base de dados o plano PREVRENDA contava com 1.331 participantes ativos e 138 assistidos, dos quais 39 eram pensionistas, cujas estatísticas estão apresentadas a seguir:

## Notas Explicativas

	30.06.2020	31.12.2019
<b>Participantes ativos</b>		
Quantidade	1.331	1.227
Idade média (anos)	46	46
Salário médio (R\$)	7.671	8.050
<b>Participantes assistidos</b>		
Quantidade	99	90
Idade média (anos)	71	70
Benefício médio (R\$)	1.651	1.489
<b>Pensionistas</b>		
Quantidade	39	37
Idade média (anos)	57	56
Benefício médio	1.070	1.014

Os cálculos atuariais foram desenvolvidos em estrita observância aos itens do mencionado Pronunciamento que tratam de benefícios pós-emprego e, mais especificamente, de planos de contribuição definida.

A base cadastral utilizada no presente estudo atuarial é composta por informações de participantes ativos, assistidos e dependentes, estando posicionada em 30 de junho de 2020, sendo de boa qualidade e com as informações necessárias à elaboração do estudo atuarial.

O plano de custeio previsto em regulamento é composto pelas seguintes fontes de receita:

- Contribuições mensais normais efetuadas pelos participantes ativos e auto patrocinados, ambas apuradas através da aplicação de um percentual sobre os seus respectivos salários de participação, de acordo com o plano anual de custeio.
- Contribuições facultativas de participantes ativos e auto patrocinados, constituídas por percentuais por eles livremente escolhidos, e vertidas de forma continuada, mensalmente, ou apenas em caráter extraordinário, observados os seguintes limites: a) caso sejam mensais: no mínimo 1% (um por cento) e máximo de 15% (quinze por cento), aplicados sobre o salário de participação; b) caso sejam apenas de caráter extraordinário, no mínimo 20 (vinte por cento) do salários de participação e máximo determinado pela legislação aplicável.

## Notas Explicativas

- Contribuições mensais de participante ativos e auto patrocinados apuradas através da aplicação de um percentual sobre os respectivos salários-de-participação, destinadas a custear os benefícios de risco, de acordo com o plano anual de custeio.
- Contribuições mensais dos participantes ativos, auto patrocinados e optantes, e dos assistidos, apuradas através da aplicação de um percentual sobre os respectivos salários de participação ou sobre os respectivos benefícios, dependendo do caso, destinadas a custear as despesas administrativas, de acordo com o plano de custeio anual.
- Contribuições mensais normais de patrocinadores, paritárias às dos participantes e apuradas através da aplicação de um percentual sobre os respectivos salários de participação dos participantes ativos a eles vinculados, de acordo com o plano anual de custeio, até o limite estabelecido no art. 87, inciso I do regulamento do plano.
- Contribuições mensais normais de patrocinadores, paritárias às dos participantes e apuradas através da aplicação de um percentual sobre os respectivos salários de participação dos participantes ativos a eles vinculados, destinadas a custear os benefícios de risco, de acordo com o plano anual de custeio, até o limite estabelecido no art. 87, inciso III do regulamento do plano.
- Contribuições mensais normais de patrocinadores, paritárias às dos participantes e apuradas através da aplicação de um percentual sobre os respectivos salários de participação dos participantes ativos a eles vinculados, destinadas ao custeio administrativo, de acordo com o plano anual de custeio, até o limite estabelecido no art. 87, inciso III do regulamento do plano.
- Rendimentos das aplicações financeiras.

As principais premissas atuariais na data do balanço (médias anuais) são:

**(a) Premissas biométricas**

- Tábua de mortalidade geral: RP-2000 Geracional Escala AA, por sexo;
- Tábua de entrada em invalidez: TASA 1927;

## Notas Explicativas

- Tábua de mortalidade de inválidos: MI-85 por sexo;
- Tábua de serviço: gerada pela combinação das probabilidades das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o método dos Multidecrementos.

### (b) Premissas econômicas

- Taxa real de desconto atuarial de longo prazo: 2,59% a.a., correspondente ao rendimento da NTN-B com vencimento em 15/08/2026, selecionada em função do resultado do duration do passivo e por ser um título atrelado à inflação (IPCA), tendo em vista que não foi identificado na pesquisa título com vencimento anterior;
- Taxa nominal de rendimento esperado para os ativos do plano (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 6,74% a.a. (3,32%a.s.), composta pela estimativa de inflação anual (de 4,30% a.a.) e pela taxa anual de juros (de 2,34% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2019;
- Taxa nominal do custo dos juros (para apuração de ganhos e perdas do exercício): 6,74% a.a. (3,32%a.s.), composta pela estimativa de inflação anual (de 4,30% a.a.) e pela taxa anual de juros (de 2,34% a.a.), ambas utilizadas na avaliação de 31/12/2019;
- Taxa de rotatividade: não aplicável;
- Taxa real de progressão salarial: 2,24 % a.a.;
- Taxa real de reajuste de benefícios: 0,00%;
- Taxa real de reajuste dos benefícios da previdência social: 0,00%;
- Fator de capacidade para salários: 98,00%;
- Fator de capacidade para benefícios: 98,00%;
- Taxa esperada de inflação no longo prazo: 4,30% ao ano (expectativa de inflação usada nos estudos de aderência enviados pela entidade responsável pela gestão do plano de benefícios);
- Atualização monetária aplicada aos salários: Os valores informados no cadastro estão posicionados em junho de 2020

### (c) Outras Premissas

- Hipótese sobre Gerações Futuras de Novos Entrados: Não aplicada

## Notas Explicativas

- Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas: cônjuge do sexo feminino 3 anos mais jovem e 2 filhos dependentes.

### 16.2. Reconhecimento do passivo atuarial do plano de benefícios

---

A quantificação dos montantes reconhecidos pelo Banco encontra-se em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, que foi instituído pela Deliberação CVM nº 695, de 13 de dezembro de 2012, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme demonstrado a seguir:

#### Plano Contribuição Definida - PREVRENDA

Os benefícios do Plano PREVRENDA estão estruturados em quotas, sendo reajustados pela variação da quota patrimonial. Desta forma, ganhos ou perdas patrimoniais são absorvidos pela atualização do valor da quota patrimonial, de forma que para este plano não estão previstas insuficiências financeiras. Além deste aspecto, os benefícios são concedidos como rendas temporárias se, como tal, fica eliminado o risco de sobrevivência. Pelo exposto, o risco atuarial inerente ao plano PREVRENDA está concentrado apenas na rubrica de benefícios a conceder, em relação aos quais está prevista, nos casos de invalidez e morte, aporte extraordinário de contribuições, se necessário, que complementará o saldo da conta do participante objetivando a concessão desses dois benefícios de risco.

O valor calculado, seguindo a norma descrita no parágrafo precedente, resultou em R\$ 688, estando, em 30 de junho de 2020, integralmente coberto pelo fundo de risco destinado à cobertura dos benefícios de risco (invalidez e morte), cujo saldo, na mesma data, é de R\$ 2.108. Desta forma, a diferença entre o valor do fundo de risco e o valor da obrigação atuarial resulta no superávit atuarial de R\$ 1.420, não havendo, por conseguinte, necessidade de provisionamento pelo Banco, nesta reavaliação, de passivo relativamente a este plano de benefícios.

### 16.3. Plano de saúde

---

O Banco oferece Plano de Saúde a seus funcionários ativos. O Plano Privado de Assistência à Saúde Coletivo Empresarial é oferecido por empresa operadora de

## Notas Explicativas

mercado na forma da Lei n. 9.656/98 e legislação posterior pertinente à matéria, notadamente a Resolução Normativa n. 211/2010-ANS, constituindo-se em plano coletivo por adesão cuja contratação decorre de processo licitatório na forma da Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 13.303/16.

O custeio do Plano de Assistência à Saúde é arcado pelos empregados, conforme tabela abaixo, incidente sobre a remuneração bruta, o Banco, somente, custeia valores quando os descontos aplicados aos funcionários forem insuficientes para suportar o valor mensal do contrato.

Faixa	Remuneração	Desconto
1	Até R\$ 1.793,20	2,50%
2	De R\$ 1.793,21 a R\$ 2.236,16	3,00%
3	De R\$ 2.236,17 a R\$ 3.000,24	3,50%
4	A partir de R\$ 3.000,25	4,00%

O desconto é realizado independentemente do número de dependentes inscritos.

### 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas do Banco são divulgadas em atendimento à Deliberação CVM nº 642/10 e Resolução CMN nº 3.750/09, essas transações são efetuadas em condições usuais de mercado, incluindo prazos, taxas de juros e garantias, não envolvendo riscos anormais de recebimento. As captações no mercado aberto de depósitos a prazo são efetuadas tomando como parâmetro as taxas médias, praticadas no mercado, que variam de 101% a 110% do CDI.

O Banco realiza transações bancárias com as partes relacionadas, tais como depósitos em contas correntes (não remunerados), depósitos a prazo remunerados, nos mesmos termos e condições praticados com seus clientes. Em relação ao acionista controlador, estão incluídas as transações com os órgãos da Administração Direta do Governo do Estado do Pará, que mantém operações bancárias com esta Instituição Financeira.

## Notas Explicativas

Nesse contexto, as transações com partes relacionadas observam também as determinações da Lei Complementar nº 105/2001, conhecida como Lei do Sigilo Bancário, que determina que as instituições financeiras devam guardar sigilo sobre suas operações ativas e passivas, além de serviços prestados. Assim, os saldos de produtos e serviços bancários das partes relacionadas são totalizados para divulgação ao mercado, nos termos da Lei do Sigilo Bancário.

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	30.06.2020	31.12.2019
<b>Estado do Pará</b>	<b>3.383.250</b>	<b>2.134.448</b>
Depósitos à vista - (Nota Explicativa nº 10 c)	705.305	581.479
Depósitos a prazo - (Nota Explicativa nº 10 c)	2.677.945	1.552.969

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual da remuneração da Diretoria Executiva e dos membros do Conselho de Administração, conforme determina o Estatuto Social.

No período as remunerações estão demonstradas a seguir:

Rem. e Partic. dos Administradores	2º Trim 2020	30.06.2020	2º Trim 2019	30.06.2019
<b>Remuneração</b>	<b>564</b>	<b>1.150</b>	<b>369</b>	<b>781</b>
Diretoria	414	836	248	544
Conselho de Administração	150	314	121	237
<b>Participação nos Lucros e Resultados</b>	<b>63</b>	<b>123</b>	<b>58</b>	<b>117</b>
Administradores	63	123	58	117

O Banco não oferece benefícios pós-emprego ao Pessoal Chave da Administração, com exceção daqueles que fazem parte do quadro funcional do Banco.

### Outras informações:

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2018 as instituições financeiras podem realizar operações de crédito com partes relacionadas, desde que cumpram os requisitos presentes nos artigos 6º e 7º da citada resolução.

Em 30 de junho de 2020 o Banco possui o valor de R\$ 4.329 em operações de crédito com partes relacionadas.

## Notas Explicativas

### Participação Acionária:

Em 30 de junho de 2020, os membros da Diretoria e do Conselho de Administração possuem, em conjunto, uma participação acionária no Banpará no total de 133 ações.

### 18. SEGUROS

O Banco mantém seguros contra incêndio para o imobilizado e acidentes pessoais coletivo, cuja cobertura, em 30 de junho de 2020 é de R\$ 253.526 e em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 252.106.

### 19. IMPOSTO DE RENDA, CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E ATIVO FISCAL DIFERIDO

#### Demonstração do cálculo dos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social

DESCRIÇÃO	30.06.2020		30.06.2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e participações	197.028	243.293	196.663	226.069
Juros s/ Capital Próprio e Participações	-	-	-	-
<b>Base de Cálculo</b>	<b>197.028</b>	<b>243.293</b>	<b>196.663</b>	<b>226.069</b>
Adições (Exclusões)	45.365	(1.023)	16.714	(12.711)
<b>Base de Cálculo</b>	<b>242.393</b>	<b>242.270</b>	<b>213.377</b>	<b>213.358</b>
Aliquota Normal (15% e 20%)	36.359	44.308	32.007	32.004
Adicional do Imposto de Renda (10%)	24.227	-	21.326	-
<b>IR e CSLL Devidos</b>	<b>60.586</b>	<b>44.308</b>	<b>53.333</b>	<b>32.004</b>
Programa de Alimentação ao Trabalhador	(1.454)	-	(1.281)	-
Incentivos Fiscais	(850)	-	(240)	-
Prorrogação da Licença Maternidade	(390)	-	(210)	-
<b>IR e CSLL a Pagar</b>	<b>57.892</b>	<b>44.308</b>	<b>51.602</b>	<b>32.004</b>

A Receita Federal do Brasil publicou a Instrução Normativa n.º 1.942, de 27 de abril de 2020 ("IN 1942"), que alterou o artigo 30 da Instrução Normativa n.º 1.700/2017, para regulamentar a cobrança da alíquota de 20% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), aplicável a bancos de qualquer espécie e agências de fomento, a partir de 1º de março de 2020, por força da Emenda Constitucional n.º 103/2019 de 12/11/2019.

#### (a) Ativos Fiscais Diferidos - Créditos Tributários Ativados

O Banco registra como Ativo Fiscal Diferido de Imposto de Renda e Contribuição Social, exclusivamente sobre diferenças temporárias, provenientes das despesas de provisões não dedutíveis, conforme art. 13, inciso I, da Lei n.º 9.249/1995. Esses

## Notas Explicativas

créditos serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

O Banco mantém em seus registros um saldo de R\$ 174.789, relativo às diferenças temporárias de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões para outros créditos e provisões judiciais trabalhistas, ativadas em 2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 sendo o total decorrentes da aplicação da alíquota de 25% do IRPJ e a 20% de CSLL em 2020.

O procedimento de baixa dos créditos registrados no Ativo Fiscal Diferido das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito será realizado com base nas perdas transferidas para Créditos Baixados para Prejuízo, efetivamente deduzidas no cálculo mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social.

Para avaliação e utilização dos referidos créditos, são adotados os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.059/2002, 3.355/2006 e 4.441/2015, pela Circular BACEN nº 3.171/2002 e Instrução CVM nº 371/2002. Na forma definida no estudo técnico, o Banco mantém a ativação de seus créditos tributários com probabilidade de realização no prazo máximo de 10 (dez) anos.

### Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

As provisões que serviram de base e os respectivos créditos tributários, com reflexo no resultado, apresentaram a seguinte movimentação durante o período de 30 de junho 2020:

Créditos Tributários	31.12.2019	30.06.2020		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - IRPJ	102.243	16.831	(21.970)	97.104
Diferença Temporária - CSLL	79.642	13.679	(15.636)	77.685
<b>Total</b>	<b>181.885</b>	<b>30.510</b>	<b>(37.606)</b>	<b>174.789</b>

Créditos Tributários	31.12.2019	30.06.2020		
	Saldo	Constituição	Realização	Saldo
Diferença Temporária - PCLD	165.723	13.161	(32.886)	145.998
Diferença Temporária - Trabalhista	16.162	3.079	(3.586)	15.655
Diferença Temporária - Prov.OutrosCréditos	-	14.270	(1.134)	13.136
<b>Total</b>	<b>181.885</b>	<b>30.510</b>	<b>(37.606)</b>	<b>174.789</b>

## Notas Explicativas

Em 30 de junho de 2020, o Banco efetuou a ativação do montante de R\$ 174.789 (R\$ 181.885 em 31 de dezembro de 2019) de Ativos Fiscais Diferidos – Diferença Temporária, provenientes de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, provisões para outros créditos e contingências judiciais trabalhistas, de acordo com estudo técnico do Crédito Tributário efetuado em dezembro de 2019.

Os ativos fiscais diferidos são analisados periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social, em montante que comporte os valores registrados, conforme demonstrado através de Estudo Técnico, na forma que estabelecem a CVM e o CMN.

O quadro abaixo apresenta a previsão de realização dos valores de ativos fiscais diferidos ativos provenientes de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e contingências judiciais:

Projeção de realização	2020	2021	2022	2023	2024	2025 a2029	Total
Crédito Tributário de I.R	(8.992)	(8.838)	(9.672)	(11.062)	(11.279)	(52.401)	(102.244)
Crédito Tributário de C. Social	(7.194)	(7.071)	(7.737)	(8.849)	(9.023)	(39.767)	(79.641)
<b>Total dos créditos</b>	<b>(16.186)</b>	<b>(15.909)</b>	<b>(17.409)</b>	<b>(19.911)</b>	<b>(20.302)</b>	<b>(92.168)</b>	<b>(181.885)</b>
Taxa média de captação a.a. (%)	5,47	6,21	6,46	6,54	6,61	-	
Valor presente do crédito tributário	(14.207)	(13.361)	(13.948)	(15.193)	(14.752)	-	

### (b) Ativos fiscais diferidos não registrados

Os créditos tributários não ativados em 30 de junho de 2020 totalizam R\$ 10.610 (R\$ 9.460 em 31 de dezembro de 2019). Em 30 de junho de 2020, o Banco não apresentou estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

Contas	31.12.2019	30.06.2020			
	Saldo	Reversão	Constituição	Saldo	Ativo Fiscal Diferido
Provisão para Ações Cíveis	14.536	(1.131)	1.147	14.552	6.548
Provisão para Riscos Fiscais	7.182	-	122	7.304	3.287
Provisão para Outros Valores e Bens	1.723	-	-	1.723	775
<b>Total das Adições Temporárias</b>	<b>23.441</b>	<b>(1.131)</b>	<b>1.269</b>	<b>23.579</b>	<b>10.610</b>

## Notas Explicativas

### 20. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS

#### 20.1. Outras receitas/despesas operacionais

Outras receitas operacionais	2º Trim 2020	30.06.2020	2º Trim 2019	30.06.2019
Recuperação de encargos e despesas	79	434	85	239
Atualização monetária de depósitos judiciais	764	1.890	1.091	2.143
Atualização monetária de valores ativos	1	2	2	3
Outros Créditos em Liquidação	1.166	2.012	5.199	8.462
Ordem de Pagamento em Moeda Estrangeira	6	8	93	428
Provisão ferias, 13º Salário e Lic. Prêmio	1.489	3.617	1.869	3.010
Ações Judiciais	4.453	9.350	26.897	45.575
Outros	69	359	220	365
<b>Total</b>	<b>8.027</b>	<b>17.672</b>	<b>35.456</b>	<b>60.225</b>

Outras despesas operacionais	2º Trim 2020	30.06.2020	2º Trim 2019	30.06.2019
Carteira imobiliária	(13)	(16)	(2)	(4)
Despesas de desc concedidos em renegociações.	(71)	(74)	(1)	(2)
Despesa atualização de impostos e contribuições	(2)	(4)	(4)	(7)
Atualização ações judiciais	(3.476)	(7.510)	(9.144)	(25.554)
Ações judiciais	(120)	(219)	(157)	(1.037)
Varição e dif. Tx – disponib. em moeda estrangeira	-	-	(2)	(339)
Ordens de pagamento em moedas estrangeiras	(86)	(134)	(116)	(394)
Outros créditos	-	(1)	-	-
Despesas de outros créditos de liquidação	(1.504)	(3.089)	(1.355)	(2.305)
Estorno de Renda	-	-	(733)	(7.554)
Outras	(343)	(570)	(159)	(339)
Desp. com Serv. Assoc. a Trans. de Pagamento	(604)	(1.181)	(186)	(186)
<b>Total</b>	<b>(6.219)</b>	<b>(12.798)</b>	<b>(11.859)</b>	<b>(37.721)</b>

#### 20.2. Resultado não operacional

Outras receitas (despesas) não operacionais	2º Trim 2020	30.06.2020	2º Trim 2019	30.06.2019
Recuperação de clonagem de cartões e boletos	43	116	-	-
Insubsistências passivas	2.768	2.791	1.832	1.858
Superveniências ativas	992	1.897	1.920	3.652
Diferença de caixa - mnp - 05010202/a	90	115	66	95
Descumprimento de Contrato com Fornecedores	-	3	-	9
Outras receitas não operacionais	54	61	7	13
Insubsistências ativas	(918)	(1.033)	(6.175)	(6.178)
Clonagem de Cartões e Boletos	(850)	(2.439)	(546)	(758)
Superveniências passivas	(4.074)	(4.077)	(1.761)	(1.761)
Roubo por assalto	(263)	(716)	-	(257)
Outras Despesas não operacionais	(61)	(116)	(60)	(143)
<b>Total</b>	<b>(2.219)</b>	<b>(3.398)</b>	<b>(4.717)</b>	<b>(3.470)</b>

## Notas Explicativas

### 20.3. Receitas de prestação de serviços

Receita de Prestação de Serviços	2º Trim 2020	30.06.2020	2ºTrim 2019	30.06.2019
Rendas de adm. de fundos de investimentos	24	51	41	83
Rendas de adm. fundos de desenvolvimentos	672	1.347	2.012	2.056
Rendas de transferências de fundos	877	1.602	511	990
Rendas de cobrança	152	400	421	897
Rendas de pacotes de serviços - PF	17.073	34.211	16.067	31.179
Rendas de serviços diferenciados - PF	171	382	196	423
Transferência internacional - Banpará Mastercard	3	8	5	10
Transferência nacional - Banpará Mastercard	760	1.617	779	1.497
Compensação de documentos	622	1.239	1.007	1.963
Rendas de outros serviços	969	2.341	694	1.048
<b>Total</b>	<b>21.323</b>	<b>43.198</b>	<b>21.733</b>	<b>40.146</b>

### 20.4. Rendas de tarifas bancárias

Receita de Tarifas Bancárias	2º Trim 2020	30.06.2020	2º Trim 2019	30.06.2019
Confecção de cadastro	11	31	20	38
Exclusão do cadastro emitentes cheques s/ fundos	35	78	47	99
Contraordem, posição e sustação de cheques	3	5	2	7
Fornecimento de folhas de cheque	8	21	13	30
Cheque Administrativo	-	1	2	4
Saque de conta depósitos à vista e de poupança	648	1.900	1.052	2.066
Fornecimento de extrato mensal ou de período	39	86	40	95
Transferência por meio Doc/Ted	66	180	96	196
Transf. entre contas da própria instituição	29	65	28	58
Concessão de adiantamento a depositante	34	85	51	106
Cartão de crédito básico – anuidade	1.243	2.483	1.150	2.239
Cadastro	1	2	1	2
Contas de depósitos	1.915	3.783	1.735	3.394
Transferência de recursos	621	1.281	664	1.214
Operações de crédito	43	78	38	74
Rede Compra	672	1.452	768	1.147
Comissão sobre seguros vendidos – Sul América	10	72	587	1.365
Outras Rendas	2.642	4.256	670	1.904
DMUT – DETRAN	1.214	815	914	1.655
Convênio Empresas Privadas	611	1.225	562	1.092
Salário – Prefeitura Municipal	567	1.104	493	955
Convênios	397	950	744	1.406
<b>Total</b>	<b>10.809</b>	<b>19.953</b>	<b>9.677</b>	<b>19.146</b>

## Notas Explicativas

### 20.5. Despesa de pessoal

Despesas de Pessoal	2º Trim 2020	30.06.2020	2º Trim 2019	30.06.2019
Honorários	(602)	(1.218)	(394)	(825)
Encargos Sociais	(21.699)	(45.441)	(22.331)	(44.134)
Benefícios	(16.310)	(35.436)	(16.582)	(33.366)
Proventos	(59.552)	(128.426)	(84.116)	(162.685)
Remuneração de Estagiários	(488)	(996)	(499)	(944)
Treinamento	(217)	(809)	(1.303)	(2.660)
<b>Total</b>	<b>(98.868)</b>	<b>(212.326)</b>	<b>(125.225)</b>	<b>(244.614)</b>

### 20.6. Outras despesas Administrativas

Outras Despesas Administrativas	2º Trim 2020	30.06.2020	2º Trim 2019	30.06.2019
Água e Energia	(2.633)	(5.400)	(2.755)	(5.248)
Aluguéis	(5.242)	(10.776)	(5.179)	(10.098)
Comunicações	(9.532)	(17.884)	(8.182)	(15.960)
Contribuições Filantrópicas	(120)	(221)	(46)	(46)
Manutenção e Conservação de Bens	(4.575)	(8.749)	(4.236)	(8.247)
Material	(772)	(1.434)	(488)	(1.091)
Processamento de Dados	(17.884)	(36.928)	(22.270)	(45.265)
Promoções e Relações Públicas	(2.904)	(8.557)	(2.112)	(5.363)
Propaganda e Publicidade	(111)	(1.769)	(2.608)	(3.346)
Publicação	(850)	(1.237)	(795)	(1.348)
Seguro	(179)	(363)	(162)	(323)
Serviços do Sistema Financeiro	(10.117)	(19.672)	(9.705)	(18.817)
Serviços de Terceiros	(2.655)	(5.298)	(2.372)	(4.755)
Serviços de Vigilância	(12.927)	(25.358)	(12.066)	(24.020)
Serviços Técnicos Especializados	(892)	(1.935)	(1.563)	(3.106)
Transportes	(7.864)	(15.520)	(5.959)	(11.565)
Viagens	12	(10)	(270)	(494)
Outras Despesas Administrativas	(1.443)	(3.155)	(1.451)	(2.941)
Amortização	(6.035)	(10.212)	(3.870)	(7.374)
Depreciação	(3.319)	(6.789)	(3.785)	(7.412)
<b>Total</b>	<b>(90.042)</b>	<b>(181.267)</b>	<b>(89.874)</b>	<b>(176.819)</b>

### 20.7. Despesas tributárias

Despesas Tributárias	2º Trim 2020	30.06.2020	2º Trim 2019	30.06.2019
Outras Despesas Tributárias	(203)	(1.022)	(222)	(1.005)
Imposto s/ Serviço de Qualquer Natureza - ISS	(1.605)	(3.156)	(1.568)	(2.959)
COFINS	(14.668)	(28.669)	(14.922)	(29.098)
PIS/PASEP	(2.384)	(4.659)	(2.425)	(4.728)
<b>Total</b>	<b>(18.860)</b>	<b>(37.506)</b>	<b>(19.137)</b>	<b>(37.790)</b>

## Notas Explicativas

### 21. Outras Informações

---

No curso normal das atividades de fiscalização das instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional (SFN), o Banco Central do Brasil (BACEN) vem realizando fiscalizações no Banco, com procedimento de controle na área de tecnologia, operações de crédito e tributos, cujos procedimentos adotados, conforme entendimento do órgão regulador, foram tratados e estão sendo acompanhados pela administração do Banco.

**Notas Explicativas**



**2020**

**1º semestre**

**PARECERES E  
DECLARAÇÕES**

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes  
Tv. Dom Romualdo de Seixas, 1476, salas 1506 e 1507  
Ed. Evolution - Bairro Umarizal  
66055-200 - Belém/PA - Brasil  
Caixa Postal 81 - CEP 66017-970 - Belém/PA - Brasil  
Telefone +55 (91) 3321-0150, Fax +55 (91) 3321-0151  
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos  
Acionistas, ao Conselho de Administração, e aos Administradores do  
Banco do Estado do Pará S.A.  
Belém-PA

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco do Estado do Pará S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Estado do Pará S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

#### • Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nºs 2.1h e 7.2, para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, cujo valor total apresentado nas demonstrações contábeis é de R\$ 135.424 mil, o Banco classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito em nove níveis de risco, levando em consideração fatores e premissas como atraso, situação econômico financeira, grau de endividamento, setor de atividade econômica e características das garantias, e demais fatores e premissas da Resolução CMN nº 2.682/1999, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo. A classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do Banco baseados em suas metodologias internas de classificação de risco, e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito representa a melhor estimativa do Banco quanto às perdas da carteira. Devido a relevância das operações de crédito e às incertezas relacionadas à estimativa da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos que este é um dos principais assuntos para a nossa auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nós avaliamos o desenho, implementação e a efetividade operacional dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de crédito, bem como as metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") das operações que suportam a classificação das operações, as principais premissas utilizadas no cálculo e a exatidão aritmética da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Nós também avaliamos, com base em amostragem, se o Banco atendeu aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, relacionados com a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Analisamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas notas explicativas nºs 2.1h e 7.2, estão de acordo com as regras aplicáveis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a estimativa do Banco para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto, referente ao semestre findo em 30 de junho de 2020.

### Outros assuntos

#### Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis do

Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar,

consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belém, 21 de agosto de 2020

KPMG Auditores Independentes  
CRC PA-000742/F

Anderson Luiz de Menezes  
Contador CRC MG-070240/O-3

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará, no uso de suas atribuições, que lhes são conferidas pelo artigo nº 163 da Lei nº 6.404/76, tendo examinado Demonstrações Contábeis do período findo em 30 de junho de 2020, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório de Desempenho, constataram que o critério das normas contábeis observado na elaboração das citadas demonstrações, confirma a posição financeira e o resultado das operações do Banco e que as mesmas refletem, com clareza, as atividades desenvolvidas pela Instituição no período. Deste modo, se manifestam favoráveis à sua aprovação.

Belém (PA), 25 de Agosto de 2020.

Conselho Fiscal

## **Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)**

### **RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO DO 1º SEMESTRE DE 2020.**

#### **Introdução**

O Comitê de Auditoria do Banco do Estado do Pará S.A. - Banpará é um órgão estatutário e foi instalado pelo Conselho de Administração em 02 de março de 2018, empossado em 26 de abril de 2018, conforme ata disponível no website do Banpará. O Comitê de Auditoria Estatutário é um órgão de assessoramento vinculado ao Conselho de Administração, de caráter permanente, atuando com independência em relação à Diretoria da Companhia, regido pela Lei nº 13.303/16, Código Brasileiro de Governança Corporativa, Estatuto Social do Banpará e seu Regimento Interno. O referido Comitê é formado por 03 (três) membros independentes, eleitos pelo Conselho de Administração, com uma coordenadora, a qual é membro independente do Conselho de Administração do Banpará. O Comitê tem a competência de avaliar a efetividade dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos Controles Internos, Compliance e da Gestão de Riscos, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis ao Banpará, além de regulamentos e códigos internos, bem como avaliar o cumprimento, pela administração da instituição, das recomendações feitas pelos Auditores Independentes e Auditoria Interna e recomendar à Diretoria do Banco, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições. Compete também ao Comitê zelar pela integridade e qualidade das demonstrações contábeis da instituição. As revisões do Comitê são efetuadas com base nas informações recebidas da Administração, dos Auditores Externos, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo Gerenciamento dos Controles Internos e de Riscos, além de suas próprias análises. A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis do Banpará, observada a diretriz de assegurar a qualidade dos processos relacionados às informações financeiras e às atividades de controle e de gestão de riscos. À KPMG Auditores Independentes cabe assegurar que as demonstrações contábeis representam adequadamente a posição patrimonial e financeira do Banpará, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a legislação societária brasileira e com as normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil.

#### **Atividades Desenvolvidas**

Ao longo do 1º semestre de 2020 o Comitê reuniu-se 10 (dez) vezes, em sessões ordinárias até o dia 17 de agosto de 2020 contemplando 19 (dezenove) pautas e 07 (sete) reuniões extraordinárias, contemplando 07 (sete) pautas nas quais participaram, nesse período, diretor de tecnologia da informação, auditores independentes, auditores internos, controles internos e compliance, gerenciamento de riscos financeiros, Relações com Investidores e Governança Corporativa, Ouvidoria, superintendência de contabilidade e Comissão Permanente de Licitação

No primeiro semestre o Comitê teve duas reuniões com o Conselho de Administração, onde apresentou o acompanhamento do plano de trabalho, bem como as principais preocupações, conforme registrado em atas.

Cabe destacar que o Banpará, com o objetivo de incentivar a educação continuada inscreveu os membros do Comitê de Auditoria no curso de Comitê de Auditoria, Fiscalização e Controle, realizado pelo Instituto de Governança Corporativa (IBGC).

Dentre as áreas que interagiram com o Comitê de Auditoria, vale destacar algumas áreas/atividades:

**Auditoria Interna:** O Comitê apreciou o Relatório Anual de Auditoria Interna – RAINIT 2019, bem como acompanhou o status do PAINT 2020. O Comitê também acompanhou o status dos planos de ação e discutiu a abordagem dos trabalhos da Auditoria Interna de avaliação e assessoria e realizou a revisão do Manual e das Normas e Procedimentos de Auditoria Interna, além de apreciar os relatórios individuais dos principais trabalhos.

**Controle Interno e Compliance:** O Comitê analisou as ações que estão sendo realizadas em atendimento aos ofícios do BACEN, bem como recomendou a inclusão do Comitê nos treinamentos de compliance do Banco.

**Tecnologia da Informação (TI):** Foi apresentado pela diretoria de TI o plano de reestruturação da área, bem como a priorização das atividades a serem realizadas e o status dos planos de ação em andamento, oriundo das demandas de outras áreas do banco. O Comitê terá reuniões periódicas com o objetivo de acompanhar a evolução das atividades da área de TI, bem como o cumprimento da implantação dos planos de ação, demandados por outras áreas do Banpará.

**Gerenciamento de Riscos Financeiros:** O Comitê analisou os relatórios de risco de mercado, liquidez e gestão de Capital, principalmente para acompanhar o efeito no Banpará em virtude da Pandemia do Corona vírus, bem como a alteração da matriz de riscos do banco, em virtude do novo cenário.

**Contabilidade, Orçamento e Controladoria:** Os membros do Comitê receberam previamente as informações contábeis do Banco do Estado do Pará S.A referentes ao 1º semestre, findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 6 meses findo em 30 de junho de 2020, incluindo as notas explicativas.

**Auditoria Independente:** O Comitê se reuniu com a Auditoria Independente, KPMG, onde apreciou e discutiu as demonstrações contábeis, findadas em 30 de junho de 2020, que segundo a KPMG foram mantidos os critérios de apuração de materialidade. Os procedimentos de auditoria foram efetuados de acordo com o planejado, com acesso a todas as pessoas e informações necessárias para a realização dos trabalhos de auditoria e até junho de 2020 não foram identificadas variações significativas que pudessem comprometer a qualidade das Demonstrações Contábeis. A auditoria semestral foi realizada de acordo com as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis as instituições autorizadas a operar pelo Banco Central do Brasil e não houve necessidade de alteração relevante no escopo do trabalho de auditoria em comparação com o 2º semestre de 2019.

#### **Conclusões**

O Comitê não teve conhecimento de ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de norma, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou fraude que, por suas relevâncias, não garantissem a fidedignidade de suas demonstrações contábeis, bem como não se verificou fato ou evidências relevantes que pudessem comprometer a efetividade ou a independência das Auditorias Interna e Independente.

Com base nas atividades desenvolvidas e informações recebidas, diante do que foi exposto, e respeitando as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria entende que as demonstrações contábeis de 30 de junho de 2020 do Banco do Estado do Pará foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Somando-se fatos

importantes, tais como: as reuniões periódicas com a Contabilidade, Controles internos e compliance, com a Auditoria Interna, e com a Auditoria Independente e demais áreas do Banpará, possibilitam ao Comitê de Auditoria Estatutário concluir que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Nesse sentido, o Comitê de Auditoria Estatutária conclui que as demonstrações contábeis para o 1º semestre encerrado em 30 de junho de 2020 são adequadas e recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração do Banpará.

Belém/PA, 24 de agosto de 2020.

TEREZA DELTA DOS SANTOS SERRÃO DE CASTRO  
Coordenadora do Comitê de Auditoria e membro do Conselho de Administração

ANTÔNIO EDSON MACIEL DOS SANTOS  
Membro do Comitê de Auditoria

SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO MACIEL  
Membro do Comitê de Auditoria

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, declaramos que revisamos as Demonstrações Contábeis do período findo em 30 de Junho de 2020 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras correspondentes aos períodos apresentados.

Belém (PA), 21 de Agosto de 2020.

Diretoria Colegiada

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva  
Diretor Presidente

Bruno Bitar Morhy  
Diretor

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo  
Diretora

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes  
Diretor

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho  
Diretor

Ruth Pimentel Mello  
Diretora

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com o Artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, declaramos que, baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao período findo em 30 de junho de 2020 do Banco do Estado do Pará S.A. – Banpará, não havendo qualquer discordância.

Belém (PA), 21 de agosto de 2020.

Diretoria Colegiada

Braselino Carlos da Assunção Sousa da Silva  
Diretor Presidente

Bruno Bitar Morhy  
Diretor

Geize Maria Teixeira da Silva de Figueiredo  
Diretora

Jorge Wilson Campos e Silva Antunes  
Diretor

Paulo Roberto Arévalo Barros Filho  
Diretor

Ruth Pimentel Mello  
Diretora